



SUZANO

SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05
NIRE 35 3 0001186 4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2016

ÍNDICE

- 1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária**
- 2. Informações Adicionais:**

Anexo I: Informações sobre as Operações (Anexo 20-A da ICVM 480)

Anexo II: Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. com Versão da Parcela Cindida para Companhia

Anexo III: Informação sobre os Avaliadores (Anexo 21 da ICVM 480)

Anexo IV: Laudo de Avaliação

Anexo V: Alteração do Estatuto Social (art. 11 da IN 481)

Anexo VI: Ata de Reunião do Conselho de Administração e Reunião do Conselho Fiscal

Anexo VII: Demonstrações Financeiras

Anexo VIII: Demonstrações Financeiras Pro Forma

Anexo IX: Informações sobre a Conversão de Ações (Anexo 17 IN 481)

Anexo X: Lista da propriedade das ações preferenciais Classe A a serem convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração (“Proposta”) da Suzano Holding S.A. (“Companhia”) acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia a ser realizada no dia 31 de agosto de 2016, às 11:00 horas.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGE:

I. Cisão Parcial da IPLF Holding S.A., com versão da Parcela Cindida para Companhia:

Com o objetivo de concentrar as ações ordinárias de emissão da Suzano Papel e Celulose S.A. (“SPC”) na Companhia, a administração propõe que seja feita a cisão parcial da IPLF Holding S.A. (“IPLF”), sociedade sob controle comum da Companhia, para segregar de seu ativo 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias de emissão da SPC (“Parcela Cindida”) seguida da versão da Parcela Cindida para Companhia (“Operação”).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da Proposta da Administração encontram-se anexas, sendo que os principais termos da Operação, conforme exigidos pelo artigo 20-A da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se descritos no Anexo I da presente proposta.

1. Ratificação da contratação da KPMG Assurance Services Ltda., como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação

Propõe-se que seja ratificada a contratação, pela administração da Companhia, da KPMG Assurance Services Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6, para elaborar o laudo de avaliação do valor contábil do acervo líquido da IPLF a ser cindido e vertido para Companhia (“Laudo de Avaliação”). As informações exigidas pelo artigo 21 da Instrução CVM 481/09 constituem o Anexo III à presente proposta.

2. Aprovação do Laudo de Avaliação

Propõe-se que seja aprovado o Laudo de Avaliação, com data base de 30 de junho de 2016. O Laudo de Avaliação constitui o Anexo IV da presente proposta.

3. Ratificação da dispensa do Laudo para fins do art. 264 da Lei 6.404/76

Propõe-se seja ratificada a manifestação da totalidade dos acionistas de dispensa de elaboração do laudo de avaliação para fins do art. 264 da Lei 6.404/76.

4. Aprovação do Protocolo e Justificação

Propõe-se seja aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. com Versão da Parcela Cindida para a Suzano Holding S.A., celebrado em 12 de agosto de 2016 entre os administradores da Companhia e da IPLF, o qual estabelece os termos e condições da Operação e constitui o Anexo II da presente proposta ("Protocolo e Justificação").

5. Aprovar a Operação

Propõe-se seja aprovada a cisão parcial da IPLF com a versão da parcela cindida para a Companhia, com o consequente aumento de capital da Companhia e alteração do art. 5º de seu Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1.975.670.351,97, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 75.034.146 ordinárias, 68.572.827 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B.”

As informações referentes à alteração do Estatuto Social encontram-se no Anexo V da presente Proposta, conforme disposto no art. 11 da IN CVM 481.

II. Deliberar sobre os pedidos de conversão de ações ordinárias em preferenciais classe A e preferenciais classe A em ordinárias

1. Deliberar sobre (i) o requerimento de acionista para a conversão de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia; e, em ato contínuo (ii) a conversão de ações preferenciais Classe A, de emissão da Companhia em ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme pedido apresentado por acionistas

Propoem-se aprovar (i) o requerimento da acionista Fanny Feffer para conversão de 9.775.352 ações ordinárias de emissão da Companhia gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade, em 9.775.352 ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia, com os mesmos direitos das ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia atualmente existentes, nos termos do

Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, e com a extinção da cláusula de inalienabilidade e manutenção da sub-rogação das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade; e (ii) a conversão de 9.775.352 ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, gravadas com cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade, em 9.775.352 ações ordinárias de emissão da Companhia, com os mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes e manutenção da sub-rogação das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade, conforme pedido apresentado pelos acionistas Lisabeth S. Sander, Janet Guper, André Guper, Pedro Noah H. Guper e Ian Baruch H. Guper nas quantidades indicadas no Anexo X do presente . Não haverá alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em razão da conversão ora aprovada.

A conversão de 9.775.352 ações preferenciais classe A de emissão da Companhia em 9.775.352 ações ordinárias de emissão da Companhia será objeto de deliberação prévia em Assembleia Especial de Preferencialistas da Companhia a ser realizada em 31 de agosto de 2016.

2. Autorização aos Administradores

Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas da Companhia.

**ANEXO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE A CISÃO PARCIAL E VERSÃO DA
PARCELA CINDIDA PARA COMPANHIA**
(Conforme Anexo 20-A da Instrução CVM Nº 481/2009)

1. **Protocolo e justificação da operação, nos termos dos arts. 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 1976.**

O Protocolo e Justificação da Operação encontra-se no Anexo II desta Proposta.

2. **Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte.**

Não há.

3. **Descrição da operação, incluindo:**

- (a) **Termos e condições**

A operação consiste na cisão parcial da IPLF Holding S.A. (“IPLF”) para segregar de seu patrimônio 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias de emissão da Suzano Papel e Celulose S.A. (“Parcela Cindida”), seguida da versão da Parcela Cindida para Companhia.

- (b) **Obrigações de indenizar: (i) Os administradores de qualquer das companhias envolvidas; (ii) Caso a operação não se concretize.**

Não há obrigações de indenizar.

- (c) **Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação.**

Não há alterações nos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas, antes e depois da operação.

- (d) **Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores.**

Não há debenturistas ou necessidade de aprovação por outros credores.

- (e) **Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão.**

A Parcela Cindida da IPLF a ser vertida para a Companhia é composta por 10.000.000 ações ordinárias de emissão da SPC. Os valores patrimoniais da Operação estão demonstrados no Laudo de Avaliação do acervo líquido cindido, conforme Anexo IV desta Proposta.

- (f) **Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários**

Não aplicável.

4. **Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover.**

Não há eventos societários específicos que se pretenda promover após a Operação.

5. **Análise dos seguintes aspectos da operação:**

- (a) **Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo: (i) sinergias; (ii) benefícios fiscais; (iii) vantagens estratégicas.**

Busca-se, com a Operação, concentrar na Companhia as ações ordinárias de emissão da SPC, mantendo na IPLF as atividades imobiliárias e de corretagem de seguros. Não há benefícios fiscais ou vantagens estratégicas.

- (b) **Custos.**

As administrações da Companhia e da IPLF estimam que os custos de realização da Operação serão, para essas companhias, em conjunto, da ordem de, aproximadamente, R\$ 30.000,00, incluídas as despesas com publicações, auditores, avaliadores, advogados e demais profissionais contratados para assessoria na Operação.

- (c) **Fatores de risco.**

Não há.

- (d) **Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas.**

Como alternativa para a transferência para a Companhia da Parcela Cindida (10.000.000 ações ordinárias de emissão da SPC), a IPLF poderia aportar na Companhia as ações que detém de emissão da SPC. No entanto, com o aporte das ações a IPLF passaria a deter maior participação no capital social da Companhia, deixando de atender a finalidade da Operação, qual seja, a concentração no segmento imobiliário e de seguros.

(e) Relação de substituição.

Os atuais acionistas da IPLF (i) detentores de ações ordinárias receberão 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia para cada 49,468 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da IPLF de sua titularidade, cancelada em virtude da Operação e (ii) detentores de ações preferenciais receberão 1 (uma) nova ação preferencial classe A, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia para cada 49,468 ação preferencial, nominativa e sem valor nominal de emissão da IPLF de sua titularidade, cancelada em virtude da Operação.

(f) Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum:

i. Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976

Não aplicável, uma vez que a totalidade dos acionistas da Companhia e da IPLF manifestaram pela dispensa da elaboração do laudo de avaliação na forma do artigo 264 da Lei 6.404/76.

ii. Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação

Não aplicável.

iii. Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle:

- **Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle:** Não aplicável.
- **Razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações:** Não aplicável.

- iv. Justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

A relação de substituição é comutativa considerando que os acionistas da IPLF receberão em substituição às ações da IPLF canceladas na Operação, ações de emissão da Companhia, que corresponderão ao valor equivalente das ações canceladas da IPLF.

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes

A ata do Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Protocolo e Justificação e a ata do Conselho Fiscal que emitiu parecer favorável à Operação encontram-se no Anexo VI desta Proposta.

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação.

O Laudo de Avaliação encontra-se no Anexo IV desta Proposta.

- 7.1. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação

Não há conflitos de interesse na operação.

8. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação.

A alteração do estatuto social da Companhia encontra-se no Anexo V desta Proposta

9. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de junho de 2016 estão disponíveis no Anexo VII desta Proposta.

10. Demonstrações financeiras pro forma elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica.

O balanço patrimonial pro forma elaborado para fins da operação está disponível no anexo VIII desta proposta.

11. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas, incluindo:

(a) Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 e 4.2 do formulário de referência.

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

i) à IPLF

Não há.

ii) seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Favor consultar o item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

iii) aos acionistas da IPLF

Não há.

iv) às controladas e coligadas da IPLF

Não há.

v) aos fornecedores da IPLF

Não há.

vi) aos clientes da IPLF

Não há.

vii) aos setores da economia nos quais a IPLF atue

Não há.

viii) à regulação dos setores em que a IPLF atue

Não há.

ix) aos países estrangeiros onde a IPLF atue

Não há.

x) com relação a questões socioambientais

Não há.

4.2 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a IPLF está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros

Não há.

- (b) **Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação, nos termos do item 5.4 do formulário de referência**

Não há alterações nos fatores de risco da IPLF.

- (c) **Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 do formulário de referência**

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pela IPLF e suas controladas

A IPLF é uma holding não financeira, que não desenvolve atividades operacionais e, portanto, não gera caixa operacional. A IPLF tem como atividade principal a participação em outras sociedades que atuam em diversos segmentos, dentre elas as seguintes companhias:

- a) SPLF Investimentos e Participações Ltda.: administração de bens imóveis próprios;
- b) Hiperstream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.: prestação de serviços de análise e desenvolvimento de projetos de sistemas de informática, relacionados ao geoprocessamento, internet, EBPP – Electronic Billing Presentation and Payment e teleprocessamento;
- c) MDS, SGPS, S.A.: Participação em outras sociedades que atuam no segmento de corretagem e administração de seguros no Brasil e no Exterior;
- d) Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e HTEC Empreendimentos Imobiliários Ltda.: Desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, incluindo o planejamento, promoção, construção, incorporação imobiliária e comercialização, através da venda e/ou locação, das unidades autônomas dos empreendimentos imobiliários.

- 7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações: (a) produtos e serviços comercializados; (b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor; (c) lucro ou prejuízo do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas consolidadas da IPLF decorrem principalmente das atividades imobiliária e de tecnologia da informação desenvolvidas pelas empresas controladas.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da IPLF

A IPLF não segrega a receita líquida consolidada por segmento de atuação em virtude de ser uma holding que não desenvolve atividades operacionais.

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	20.327	54.593
Deduções		
Impostos sobre vendas	(4.145)	(7.204)
Receita Líquida	16.182	47.389

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da IPLF

A IPLF não segrega o lucro ou prejuízo por segmento de atuação em virtude de ser uma holding que não desenvolve atividades operacionais

- 7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever: (características do processo de produção; do processo de distribuição; dos mercados de atuação, eventual sazonalidade e principais insumos e matérias primas)

Tanto a Companhia quanto a IPLF não atuam em segmentos operacionais.

- 7.4. Identificar se há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

Não há.

(d) **Descrição do grupo econômico, nos termos do item 15 do formulário de referência**

Não haverá alteração no grupo econômico em decorrência da Operação.

Item 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência:

IPLF HOLDING S.A.						
ACIONISTAS	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	ações	(%)	ações	(%)	Ações	(%)
Fanny Feffer (brasileira, CPF/MF nº 688.071.208-87)	150.232.500	27,500	1.762	27,493	150.234.262	27,500
David Feffer (brasileiro, CPF/MF nº 882.739.628-49)	99.016.875	18,125	1.161	18,115	99.018.036	18,125
Daniel Feffer (brasileiro, CPF/MF nº 011.769.138-08)	99.016.875	18,125	1.161	18,115	99.018.036	18,125
Jorge Feffer (brasileiro, CPF/MF nº 013.965.718-50)	99.016.875	18,125	1.161	18,115	99.018.036	18,125
Ruben Feffer (brasileiro, CPF/MF nº 157.423.548-60)	99.016.875	18,125	1.161	18,115	99.018.036	18,125
Polpar S.A. (CNPJ/MF nº 59.789545/0001-71) Acionistas da Polpar (Fanny Feffer (27,431%), David Feffer (18,080%), Daniel Feffer (18,078%), Jorge Feffer (18,077%) e Ruben Feffer (18,077%))	-	-	3	0,047	3	0,000
TOTAL	546.300.000	100	6.409	100	546.306.409	100

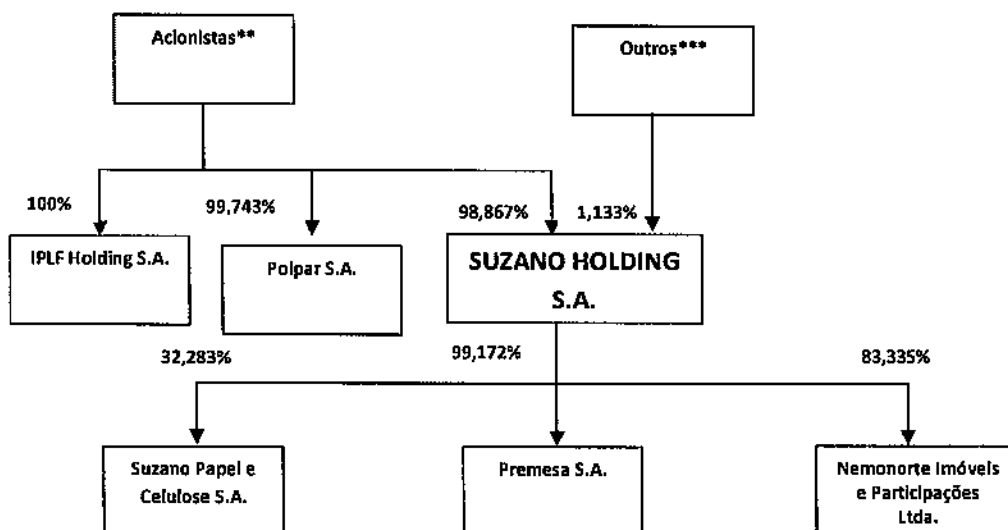
Item 15.3 do Formulário de Referência: Distribuição de capital conforme última assembleia geral de acionistas

Quantidade acionistas pessoa física	5
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0
Número de ações em circulação	0

Item 15.4 do Formulário de Referência - Organograma dos acionistas da Companhia

Não haverá alteração do organograma da IPLF em decorrência da Operação.

ORGANOGRAMA *



* Participações no capital social total

** Considera-se "Acionistas" (i) da IPLF, os acionistas indicados na tabela acima; e (ii) da Companhia, os acionistas indicados na tabela abaixo.

*** Considera-se "Outros" acionistas ligados aos acionistas controladores, titulares de ações preferenciais.

Item 15.5 do Formulário de Referência: Acordo de Acionistas

Não há Acordo de Acionistas.

Item 15.6 do Formulário de Referência: alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da IPLF

Não há alterações relevantes.

Item 15.7 do Formulário de Referência: principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para a IPLF

Não há.

Item 15.8 do Formulário de Referência: outras informações que a IPLF julgue relevantes

Não há.

(e) Descrição do capital social da IPLF, nos termos do item 17.1 do formulário de referência

Tipo de capital	Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização
Capital integralizado	30/04/2015	127.575.754,42	-

Unidades	
Quantidade de ações ordinárias	546.300.000
Quantidade de ações preferenciais	6.409
Quantidade total de ações	546.306.409
Capital social por classe de ações	
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações
Preferencial	6.409

12. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 15 do formulário de referência

A estrutura de capital e controle da Companhia não serão alteradas em decorrência da Operação.

13. **Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações**

Com relação à IPLF, ver tabela do item 7.4 (d) acima.

Com relação à Companhia:

SUZANO HOLDING S.A.								
ACIONISTA (informados no item 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência)	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL	
	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)
David Feffer	12.833.469	18,125	12.249.431	17,863	5.312.663	18,119	30.395.563	18,018
Daniel Feffer	12.833.469	18,125	12.181.059	17,764	5.312.663	18,119	30.327.191	17,977
Jorge Feffer	12.833.469	18,125	12.087.374	17,627	5.312.663	18,119	30.233.506	17,922
Ruben Feffer	12.833.469	18,125	11.988.727	17,483	5.312.663	18,119	30.134.859	17,863
Fanny Feffer	9.775.358	13,806	3	0,000	3	0,000	9.775.364	5,795
Janet Guper	2.424.028	3,424	4.954.809	7,226	2.017.418	6,881	9.396.255	5,570
Lisabeth S. Sander	2.424.028	3,424	3.289.701	4,797	2.017.418	6,881	7.731.147	4,583
André Guper	2.424.028	3,424	4.835.528	7,052	2.017.418	6,881	9.276.974	5,499
Pedro Noah H. Guper	1.212.014	1,712	2.537.169	3,700	1.008.709	3,440	4.757.892	2,820
Ian Baruch H. Guper	1.212.014	1,712	2.537.169	3,700	1.008.709	3,440	4.757.892	2,820
Outros*	0	0,000	1.911.807	2,788	3	0,000	1.911.810	1,133
TOTAL	70.805.346	100	68.572.777	100	29.320.330	100	168.698.453	100

14. **Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação**

Não há.

15. **Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:**

(a) Sociedades envolvidas na operação

i. Operações de compra privadas: Não houve

ii. Operações de venda privadas: Não houve

iii. Operações de compra em mercados regulamentados: Não houve

iv. Operações de venda em mercados regulamentados: Não houve

(b) Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação

Não aplicável.

16. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não aplicável. A Administração assume que a Operação será aprovada pela totalidade dos acionistas.

Anexo II:

Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. com Versão da Parcela Cindida para Companhia

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DE IPLF HOLDING S.A.
COM VERSÃO DA PARCELA CINDIDA PARA SUZANO HOLDING S.A.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

- a) **IPLF HOLDING S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 10º andar, parte, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35 3 0031301 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.651.569/0001-49, representada neste ato na forma de seu estatuto social ("IPLF"); e
- b) **SUZANO HOLDING S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 9º andar, parte, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35 3 0001186 4, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.651.809/0001-05, representada neste ato na forma de seu estatuto social ("SUZANO HOLDING");

IPLF e Suzano Holding em conjunto, doravante designadas simplesmente "Partes" e, individualmente, "Parte",

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e das normas constantes da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, conforme alterada ("ICVM 565/15"), o presente "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. com versão da parcela patrimonial cindida para Suzano Holding S.A.", observados os termos, cláusulas e condições adiante consubstanciados ("Protocolo e Justificação");

1. OBJETO

- 1.1 O presente Protocolo e Justificação estabelece as condições da operação de cisão parcial da IPLF, com versão da parcela cindida de seu patrimônio para a SUZANO HOLDING e a consequente atribuição de novas ações, a serem emitidas pela SUZANO HOLDING, para os acionistas da IPLF (“Operação”). A Operação objeto deste Protocolo e Justificação está sujeita à aprovação dos acionistas da IPLF e da SUZANO HOLDING.

2. JUSTIFICATIVA DA OPERAÇÃO

- 2.1. As empresas envolvidas são holdings não operacionais que encontram-se sob controle comum, sendo que a IPLF possui investimentos com ênfase em empresas do segmento imobiliário, enquanto a SUZANO HOLDING é a controladora da Suzano Papel e Celulose S.A. (“SUZANO PAPEL”), atualmente detentora de 95,47% de suas ações ordinárias.
- 2.2. A Operação tem por finalidade transferir as 10.000.000 ações ordinárias de emissão da SUZANO PAPEL (“Parcela Cindida”) de titularidade da IPLF para a SUZANO HOLDING, de forma que (i) a IPLF possa focar no segmento imobiliário, no qual detém *expertise*; e (ii) as ações da SUZANO PAPEL fiquem concentradas na SUZANO HOLDING, com maior sinergia operacional.

3. ELEMENTOS ATIVOS E PASSIVOS QUE SERÃO VERTIDOS PARA A SUZANO S.A.

- 3.1. A Parcela Cindida da IPLF a ser vertida na SUZANO HOLDING é composta por 10.000.000 ações ordinárias de emissão da SUZANO PAPEL.
- 3.2. Os valores patrimoniais da Operação estão analiticamente demonstrados no Laudo de Avaliação do acervo líquido cindido.

4. **AVALIAÇÃO DA PARCELA CINDIDA DO PATRIMÔNIO DA IPLF E FIXAÇÃO DO VALOR DO AUMENTO DA SUZANO HOLDING**

- 4.1. **Empresa Avaliadora.** A IPLF contratou, nos termos do artigo 226 da Lei das S.A., a KPMG Assurance Services Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6 ("**Empresa Avaliadora**"), para a elaboração do laudo de avaliação com o objetivo de determinação do valor contábil da Parcela Cindida da IPLF a ser vertida para a SUZANO HOLDING ("**Laudo de Avaliação Contábil**").
- 4.2. **Ratificação da Contratação da Empresa Avaliadora.** A escolha da Empresa Avaliadora para a avaliação do valor contábil da Parcela Cindida deverá ser ratificada pelos acionistas da IPLF e da SUZANO HOLDING em assembleia geral.
- 4.3. **Declaração da Empresa Avaliadora.** Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da SUZANO HOLDING ou da IPLF; (ii) não ter conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços prestados; e (iii) não ter conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.
- 4.4. **Critério de Avaliação e Data-Base.** A Parcela Cindida foi avaliada por seu valor contábil, conforme refletido no balanço patrimonial levantado na data-base de 30 de junho de 2016 ("**Data-Base**").
- 4.5. **Laudo de Avaliação Contábil.** Conforme o Laudo de Avaliação, que integra o presente Protocolo e Justificação como **Anexo 4.5**, o Valor da Parcela Cindida na Data-Base a ser vertida para

SUZANO HOLDING é de R\$ 91.641.048,24.

- 4.6. Variações Patrimoniais. A SUZANO HOLDING assumirá, absorverá e suportará as variações patrimoniais relativas à Parcela Cindida que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação.
- 4.7. Cisão linha por linha. A Operação será contabilizada na IPLF e na SUZANO HOLDING por meio da transferência da Parcela Cindida para a SUZANO HOLDING em conformidade com as regras contábeis.
5. **DISPENSA DA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO REFERIDA NO ART. 264 DA LEI DAS S.A.**
 - 5.1. Dispensa de avaliação. Este Protocolo e Justificação assume que a totalidade dos acionistas da SUZANO HOLDING e da IPLF dispensarão expressamente a elaboração do laudo de avaliação previsto no art. 264 da Lei das S.A., previamente ou nas assembleias gerais da IPLF e da SUZANO HOLDING que deliberarem acerca da Operação.
6. **REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA IPLF E AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA SUZANO HOLDING**
 - 6.1. Redução do capital social da IPLF. Em decorrência da cisão parcial da IPLF e consequente transferência da Parcela Cindida na forma prevista no item 2.2 acima, o patrimônio líquido será reduzido pelo valor do acervo líquido cindido de R\$ 91.641.048,24, sendo 69.345.047,24 da reserva de ajuste de avaliação patrimonial e R\$ 22.296.001,00 de redução do capital social da IPLF, com o cancelamento de 209.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.456 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da IPLF, proporcionalmente às participações detidas por seus acionistas, fazendo com que o capital social da IPLF passe dos atuais R\$ 127.575.754,42, dividido 546.300.000 ações ordinárias e 6.409 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal para R\$ 105.279.753,42, dividido

337.100.000 ações ordinárias e 3.953 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

- 6.2. Aumento do capital social da Suzano Holding. Como resultado da versão da Parcela Cindida para SUZANO HOLDING, o capital social da SUZANO HOLDING será aumentado em R\$ 22.296.001,00, mediante a emissão de 4.228.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, passando dos atuais R\$ 1.953.374.350,97 representado por 168.698.453 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 70.805.346 ordinárias, 68.572.777 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B, para R\$ 1.975.670.351,97, dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 75.034.146 ordinárias, 68.572.827 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pelos acionistas da IPLF, em virtude da cisão parcial, nas proporções atualmente por eles detidas no capital social da IPLF.

7. **NÚMERO E ESPÉCIE DE AÇÕES A SEREM EMITIDAS PELA SUZANO HOLDING PARA SEREM ATRIBUÍDAS AOS ACIONISTAS DA IPLF**

- 7.1. Critério para a determinação da relação de substituição. A relação de substituição das ações da IPLF por ações da SUZANO HOLDING foi estabelecida com base no critério de valor do patrimônio líquido por ação da SUZANO HOLDING e das ações da IPLF. Desse modo, a relação de substituição é o resultado da divisão (a) do valor patrimonial por ação da SUZANO HOLDING pelo (b) valor patrimonial por ação da Parcela Cindida da IPLF, conforme segue.

	IPLF	SUZANO HOLDING
Parcela Cindida	91.641.048,24	91.641.048,24
Quantidade de ações	209.202.456	4.228.850
Valor patrimonial da ação	0,44	21,67

- 7.2. Relação de Substituição. Os atuais acionistas da IPLF (i) detentores de ações ordinárias receberão 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da SUZANO

HOLDING para cada 49,468 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da IPLF de sua titularidade, cancelada em virtude da Operação e (ii) detentores de ações preferenciais receberão 1 (uma) nova ação preferencial, nominativa e sem valor nominal de emissão da SUZANO HOLDING para cada 49,468 ação preferencial, nominativa e sem valor nominal de emissão da IPLF de sua titularidade, cancelada em virtude da Operação.

8. MODIFICAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS E VANTAGENS

- 8.1. Direitos, votos e dividendos dos acionistas da SUZANO HOLDING. Não haverá alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos patrimoniais conferidos aos atuais acionistas da SUZANO HOLDING ou da IPLF, comparativamente às vantagens políticas e patrimoniais das ações existentes antes da Operação.

9. DIREITO DE RECESSO

- 9.1. Inexistência do direito de retirada dos acionistas da IPLF e da SUZANO HOLDING. Nos termos dos art. 137 da Lei das S.A., os atuais acionistas da IPLF e da SUZANO HOLDING não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Operação pela assembleia geral, uma vez que, nos termos deste Protocolo e Justificação, (1) a Parcela Cindida é vertida para sociedade cuja atividade preponderante coincide com a decorrente do objeto social da IPLF; (2) não haverá redução do dividendo mínimo obrigatório; e (3) a Operação não resultará em participação em grupo de sociedades.

10. DEMAIS CONDIÇÕES APLICÁVEIS À OPERAÇÃO

- 10.1. Alteração do Estatuto Social da IPLF. Em razão da redução do capital social da IPLF descrita na Cláusula 6.1 acima, o artigo 5º de seu estatuto social será alterado no ato de aprovação da Operação e passará a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º. O capital social é de R\$ 105.279.753,42, integralmente realizado e dividido em

337.103.953 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 337.100.000 ordinárias e 3.953 preferenciais.”

- 10.2. Alteração do Estatuto Social da SUZANO HOLDING. Em razão do aumento do capital social da SUZANO HOLDING, o caput do artigo 5º de seu estatuto social será alterado no ato de aprovação da Operação e passará a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 5º. O capital social é de R\$ 1.975.670.351,97, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 75.034.146 ordinárias, 68.572.827 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B.

- 10.3. Existência da Cindida. A cisão parcial não resultará na extinção da IPLF, que continuará existente, sem qualquer solução de continuidade.
- 10.4. Implementação. Competirá às administrações da IPLF e da SUZANO HOLDING praticar todos os atos, registros e averbações necessárias para a implementação da cisão parcial da IPLF e consequente versão da Parcela Cindida para SUZANO HOLDING.
- 11.5. Emissão das novas ações. Nos termos do § 2º do artigo 223 e do § 5º do artigo 229 da Lei das S.A., as 4.228.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, da SUZANO HOLDING a serem subscritas pelos administradores da IPLF serão emitidas pela SUZANO HOLDING diretamente aos acionistas da IPLF, na proporção de sua participação no capital social da IPLF na data da assembleia geral extraordinária que aprovar a Operação.
- 11.6. Cisão sem Solidariedade: A SUZANO HOLDING sucederá a IPLF apenas nos direitos e obrigações transferidos em decorrência da incorporação da Parcela Cindida, sem solidariedade entre si ou em relação ao patrimônio remanescente da IPLF, conforme faculta o parágrafo único do Artigo 233 da Lei das S.A..

- 11.7. Foro: Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, assim o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, 12 de agosto de 2016.

IPLF HOLDING S.A.

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Vice Presidente Executivo

Orlando de Souza Dias
Vice Presidente Executivo

SUZANO HOLDING S.A.

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Vice Presidente Executivo

Orlando de Souza Dias
Vice Presidente Executivo

Anexo 4.5

Laudo de Avaliação Contábil

Anexo III:

Informação sobre os Avaliadores (Anexo 21 da ICVM 481)

1. **Listar o avaliador recomendado pela Administração**

A Administração da Companhia recomenda para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 31 de agosto de 2016, em conformidade com o Artigo 21, da instrução n. 481/2009, a ratificação da contratação da KPMG Assurance Services Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6 (“KPMG”), para elaborar o laudo de avaliação do valor contábil do acervo patrimonial da IPLF Holding S.A. (“IPLF”) a ser cindido e vertido para Companhia (“Laudo de Avaliação”).

2. **Descrever a capacitação do avaliador recomendado**

As firmas-membro da KPMG estão entre as principais prestadoras de serviços nas áreas de Audit, Tax e Advisory do mundo, possuindo cerca de 155.000 profissionais, que atuam em 155 países, dos quais aproximadamente 4.000 atuam no Brasil em 13 Estados no Distrito Federal e mais 22 cidades.

A KPMG tem como objetivo a prestação de serviços de auditoria independente destinados a fortalecer a confiabilidade das informações financeiras e contábeis elaboradas por seus clientes, para uso dos investidores, credores e do mercado em geral, sempre em linha com as exigências técnicas e regulamentares emanadas dos órgãos reguladores e as entidades de classe, tais como IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo certo que a metodologia utilizada nos processos de auditoria foi desenvolvida para o cumprimento das normas nacionais e internacionais aplicáveis.

Além dos fatores descritos acima, pelo fato de a KPMG ser a empresa que faz a auditoria da Companhia e da IPLF, isso a torna a empresa mais habilitada a confirmar o valor contábil do acervo patrimonial da IPLF a ser cindido e vertido para Companhia.

3. **Cópia da proposta de trabalho e remuneração do avaliador recomendado**

Nos termos do Anexo 21 da Instrução CVM 481, segue anexa a essa Proposta da Administração cópia da proposta de trabalho e remuneração do avaliador recomendado (Anexo III-a).

4 Descrição de qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre o avaliador recomendado e partes relacionadas à Companhia, tal como definidas as regras contábeis que tratam desse assunto

A KPMG é a empresa de auditoria independente que presta serviços de auditoria à Companhia e suas controladas nos últimos 4 anos.

Anexo III-a:

Proposta do Avaliador



Suzano Holding S.A.

Proposta para prestação de
serviços profissionais

Audit

02 de agosto de 2016

kpmg.com/BR



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

A
SUZANO Holding S.A
São Paulo - SP

02 de agosto de 2016

Atenção: Sr. Flavio Amaral

Prezados senhores:

Temos a satisfação de apresentar a nossa proposta para prestação de serviços de auditoria para fins de emissão de laudo de avaliação para determinados ativos e passivos da SUZANO Holding S.A. doravante denominada "SUZANO" ou "Companhia" na data base de 30 de junho de 2016.

Esta proposta evidencia o nosso entusiasmo com a perspectiva de acrescentar uma importante Empresa à nossa carteira de clientes e a confiança de que a KPMG Assurance Services Ltda. disponibilizará os recursos necessários para atendê-lo(s) com profissionalismo e capacidade técnica necessários à execução da auditoria. Nossa proposta está fundamentada nas informações públicas da **SUZANO** e em discussões com V.Sa(s), e tem como objetivo apresentar as informações necessárias que lhes permitam uma tomada de decisão na nomeação de seus auditores.

Teremos prazer em agendar uma reunião para apresentar os serviços ou prestar os esclarecimentos adicionais que V.S.a julgar convenientes.

Atenciosamente,

Carla Bellangero
Sócia

Rogério Macacchero
Gerente

Conteúdo

1 - Abordagem de auditoria	4
2 - Relatórios a serem emitidos	5
3 - Honorários	6
4 - Outros termos e condições de contratação de nossos serviços de auditoria	8
5 - Aceitação	9
Anexo I - Termos e condições da contratação dos serviços	

1 - Abordagem de auditoria

Auditoria

Natureza e escopo dos serviços

Nossa proposta tem por objeto a execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis com objetivo exclusivo de fazer parte no processo de cisão das ações da Suzano Papel e Celulose pela SUZANO Holding S.A., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, na data base de 30 de junho de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Nossos exames serão conduzidos de acordo com o estabelecido no CTA 20 (R1) - Laudo de Avaliação Emitido por Auditor Independente, do CFC - Conselho Federal de Contabilidade que determina os procedimentos a serem aplicados durante a execução de trabalhos de auditoria para a emissão de laudos de avaliação.

Como parte de nosso processo de auditoria, solicitaremos à Administração confirmação por escrito sobre as representações que nos forem feitas.

A nossa auditoria será realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria e complementada, quando necessário, com as políticas da KPMG.

É nossa responsabilidade profissional emitir o laudo de avaliação do acervo líquido contábil, cabendo à Administração a responsabilidade pelas informações contábeis contidas no laudo de avaliação, bem como por todas as afirmações nelas contidas. A Administração é também responsável pela escolha de políticas contábeis adequadas, pela implementação de uma estrutura de controles internos para a manutenção da confiabilidade das informações contábeis contidas no laudo de avaliação e por propiciar segurança razoável contra a ocorrência de erros e irregularidades que sejam

materiais em relação às informações contábeis contidas no laudo de avaliação.

Como resultado das limitações próprias de controles internos, do fato de que o serviço para emissão de laudo de avaliação contábil é realizado com base em testes, um serviço de emissão de laudo de avaliação contábil não pode oferecer garantia absoluta de que não existem, nas informações contábeis contidas no laudo de avaliação, impropriedades decorrentes de fraude, irregularidades ou erro.

Tal como requerido pelas normas profissionais de auditoria, o exame dos controles internos é realizado, exclusivamente, para a determinação da natureza, da extensão e da época de execução de outros testes de auditoria. Portanto, não estamos sendo contratados para examinar os controles internos da SUZANO nem para emitir relatórios sobre estes.

Acreditamos que as informações, os registros e os documentos necessários para a os serviços de emissão do laudo de avaliação contábil estarão à nossa disposição. A cooperação da Administração em fornecer tais registros, documentos, informações e assistência como combinado, a tempo, é um fator importante para emitirmos nosso relatório na data estipulada.

2 - Relatórios a serem emitidos

O laudo de avaliação contábil será emitido na língua portuguesa e demonstrará o valor do acervo líquido formado pelos ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis na data base de 30 de junho de 2016, o qual será utilizado no processo de cisão da Suzano Papel e Celulose pela SUZANO Holding e compreenderá:

- Identificação do destinatário;
- Identificação da empresa de auditoria;
- Objetivo do laudo de avaliação;
- Alcance dos trabalhos;
- Conclusão (mensuração do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos).

A data para a entrega do relatório descrito será posteriormente definida e acordada separadamente com V.Sa.

O conteúdo do laudo de avaliação contábil mencionado será discutido com a Administração da SUZANO antes de sua emissão final. Não havendo manifestação por parte da SUZANO no prazo de 10 dias, a entrega do relatório pela KPMG para a SUZANO corresponderá à aceitação dos serviços, e a não-aceitação, sem motivo justo, corresponderá à automática assunção, pela SUZANO, da responsabilidade total e irrestrita sobre os efeitos decorrentes do não-recebimento que possam vir a prejudicar a SUZANO a KPMG ou terceiros.

3 - Honorários

Pela execução dos serviços objetivados por esta proposta a SUZANO pagará para a KPMG honorários no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), os quais contemplam, exclusivamente, a remuneração dos trabalhos a serem realizados, sob consideração das diversas categorias profissionais que deverão ser envolvidas na execução dos mesmos.

O valor total dos honorários acima, líquido e certo, conforme reconhecido pelas partes, deverá ser pago em uma única parcela com vencimento em 25 de agosto de 2016.

Os honorários ora acordados não contemplam:

- a. Despesas de qualquer espécie, tais como viagens, gastos com locomoções, estadas, telefonemas, cópias, traduções etc., as quais, uma vez necessárias à prestação dos serviços, serão incorridas por sua conta e ordem da SUZANO e lhe serão faturadas separadamente, por seu custo efetivo.
- b. Os tributos cabíveis (ISS, PIS e COFINS) de acordo com a legislação vigente. Também, eventuais aumentos nos tributos serão automaticamente repassados, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estabelecido na presente contratação. Da mesma forma, o ônus relativo a quaisquer tributos exigidos pela municipalidade do local em que a SUZANO está estabelecida ou do local no qual os serviços serão total ou parcialmente prestados, sob qualquer denominação ou forma, será suportado diretamente pela SUZANO ou acrescido ao valor dos honorários devidos, conforme o caso.
- c. Expectativas inflacionárias, em atenção ao disposto na legislação vigente e sob consideração de que a estabilidade verificada atualmente nos índices de preços irá se manter até as respectivas liquidações.

Portanto, os nossos honorários serão reajustados anualmente, segundo o Índice Geral dos Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) e, no caso de sua supressão ou extinção, substitutivamente, índice de

reajuste permitido por Lei, com semelhante composição e abrangência, como forma de preservar a expressão econômica dos valores contratados, de forma que não permita que este venha a sofrer deterioração em decorrência da inflação. Todavia, fica reservado o direito à automática aplicação, de qualquer disposição legal superveniente que venha a autorizar a indexação de contratos em período inferior a um ano.

- d. Situações inusitadas no decorrer do relacionamento contratual, tais como, mas não exclusivamente, a indisponibilidade de informações necessárias à execução dos serviços, a necessidade de retrabalho ocasionada pela SUZANO ou seus colaboradores, situações outras que gerem a necessidade de incurso de dedicação ou esforço adicional ou extraordinário por parte da KPMG. Se esse tipo de situação for observado pela KPMG, informaremos à V.Sas. e nessa hipótese, as partes irão se compor, a fim de impedir que a KPMG suporte unilateralmente as consequências de tais imprevistos.
- e. Serviços adicionais. Se, porventura solicitados por V.Sa(s), tais como consultas que envolvam pesquisa ou estudo específico de assuntos não incluídos nesta proposta, serão cobrados separadamente, de acordo com o tempo efetivamente gasto e previamente combinados com V.Sa(s).

Esclarecemos que o atraso no pagamento de qualquer parcela implicará, automaticamente, a obrigação da SUZANO de acrescer ao valor regular: (i) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura; (ii) juros de mora equivalentes à taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional (Selic); e (iii) Caso a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional não contenha variante de correção monetária, o valor regular deverá ser acrescido, também, de correção monetária, segundo o Índice Geral dos Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) e, no caso de sua supressão ou extinção, substitutivamente, índice de reajuste permitido por Lei, com semelhante composição e abrangência,

como forma de preservar a expressão econômica dos valores contratados, de forma que não permita que este venha a sofrer deterioração em decorrência da inflação.

Em qualquer caso em que venha a ser abalada a equação econômico-financeira estabelecida através da presente contratação, as partes deverão acordar sobre o ajuste necessário para o restabelecimento do equilíbrio, e o impasse constituirá justo motivo para a rescisão do contrato estabelecido com base nesta proposta, independentemente de qualquer penalidade.

À vista da natureza dos serviços objetivados por esta proposta, a exigibilidade das prestações pecuniárias em favor da KPMG, previstas nesta seção, não reclamará a prova do cumprimento de contraprestação específica, bastando-lhe a alegação da vigência da relação contratual estabelecida em razão desta proposta, sem prejuízo do direito assegurado à SUZANO de exigir, na via própria, o integral cumprimento das contraprestações específicas a cargo da KPMG, ante qualquer inadimplemento, mediante execução específica.



4 - Outros termos e condições de contratação de nossos serviços de auditoria

Anexo I

O documento denominado 'Termos e Condições da Contratação de Nossos Serviços' constitui parte integrante desta Proposta. Em caso de divergência entre o disposto no documento denominado Termos e Condições da Contratação de Nossos Serviços, prevalecerão os termos e condições deste documento.

5 - Aceitação

As condições constantes desta proposta são válidas pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da sua emissão.

Havendo interesse da SUZANO em contratar os serviços de auditoria da KPMG Assurance Services Ltda., esta deverá manifestar a sua aceitação desta proposta mediante devolução de cópia devidamente assinada por seu representante, inclusive apondo o visto em cada página desta.

Caso a SUZANO não evidencie a sua aceitação na forma indicada, mas autorize o início da prestação dos serviços objeto desta proposta, pela forma oral ou escrita e sem registrar expressamente nenhuma restrição aos termos e às condições desta proposta, tal ato representará a adesão tácita da SUZANO a todos os termos e condições aqui determinados e, dessa forma, a relação contratual que se estabelecerá entre as partes será regulada, em qualquer hipótese, por este documento.

Ao recebermos sua confirmação, começaremos a planejar os trabalhos para que possamos colocar o máximo de recursos a serviço da SUZANO.

A SUZANO, pela presente, concorda com os termos desta proposta e contrata a KPMG Assurance Services Ltda. para realizar os trabalhos nesta descritos, de acordo com as condições apresentadas. O presente instrumento revoga todos os entendimentos e acordos anteriores entre as partes sobre a matéria objeto desta proposta. Qualquer alteração nos termos desta proposta deverá ser feita formalmente por escrito e somente será efetiva se o documento for assinado devidamente pelos representantes autorizados das partes.

O contrato acordado nos termos desta proposta será regido e interpretado conforme as leis da República Federativa do Brasil, e o foro para dirimir desacordo de qualquer natureza entre a KPMG e a SUZANO, segundo a vontade que as partes manifestam, em caráter irrevogável, será o foro da Comarca do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

KPMG Assurance Services Ltda.

SUZANO

Assinatura
do sócio: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Data: ____ / ____ / ____

Data da
aprovação: ____ / ____ / ____

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome:

Nome:

CPF/MF:

CPF/MF:

Anexo(s)

Anexo I - Termos e condições da contratação dos serviços

Fale com o nosso time

Carla Bellangero
Sócia
+55 (11) 3940-3172
CBellangero@kpmg.com.br

Leslie Nares
Diretora
+55 (11) 3940-3243
lnares@kpmg.com.br

Rogério Macacchero
Gerente
+55 (11) 3950-1813
rmacacchero@kpmg.com.br

kpmg.com/BR



[/kpmgbrasil](https://www.instagram.com/kpmgbrasil)

© 2016 KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil (KPDS 159480)

Esta proposta foi elaborada pela KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. A KPMG International não presta serviços a clientes. A presente proposta é estritamente confidencial e foi preparada exclusivamente para uso interno da Suzano Holding S.A., a fim de fornecer informação suficiente para tomar a decisão de contratar ou não os serviços da KPMG Assurance Services Ltda. Este documento não poderá ser divulgado, comentado ou copiado, no todo ou em parte, sem o nosso prévio consentimento por escrito. Qualquer divulgação para além da permitida poderá prejudicar os interesses comerciais da KPMG Assurance Services Ltda. A KPMG detém a propriedade deste documento, incluindo a propriedade do copyright e todos os outros direitos de propriedade intelectual.

O nome KPMG e o logotipo são marcas registradas ou comerciais da KPMG International

Anexo IV:

Laudo de Avaliação



IPLF Holding S.A

**Laudo de avaliação do patrimônio
líquido contábil apurado por meio
dos livros contábeis**



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
IPLF Holding S.A
São Paulo

Dados da firma de auditoria

1. **KPMG Assurance Services Ltda**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP014428/O-6, representada pela sua sócia infra-assinada, Carla Bellangero, contadora, portadora do RG nº 17.041.698, inscrita no CPF sob o nº 101.832.328-79 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP196751/O-4, residente e domiciliada na cidade de São Paulo/SP com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da **IPLF Holding S.A** ("Companhia") para proceder à avaliação patrimônio líquido contábil em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

2. A avaliação do patrimônio líquido do balanço de cisão contábil em 30 de junho de 2016 da **IPLF Holding S.A** tem por objetivo fazer parte do processo de cisão do acervo líquido contábil correspondente a 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias de emissão da **Suzano Papel e Celulose S.A** de titularidade da **IPLF Holding S.A**, as quais serão transferidas para a Suzano Holding S.A.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

3. A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no anexo II do laudo de avaliação.



Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor do patrimônio líquido do balanço de cisão da Companhia em 30 de junho de 2016, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o **Comunicado Técnico CTA 20 (R1)**, aprovado pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
5. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido contábil da IPLF Holding S.A, conforme balanço patrimonial de cisão em 30 de junho de 2016, resumido no Anexo I, é de R\$ 91.641.048,24 (noventa e um milhões seiscientos e quarenta e um mil e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos), e está registrado nos livros da contabilidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de agosto de 2016

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4



IPLF Holding S.A
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil
apurado por meio dos livros contábeis

Anexo(s)

Anexo I ao laudo de avaliação patrimonial da
IPLF Holding S.A

Demonstrativo do balanço patrimonial

Data-base de 30 de junho de 2016

IPLF HOLDING S.A.
BALANÇO DE CISAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2016
 (Em de reais)

Ativo	Efeitos		Efeitos	
	Cisão em 30/06/2016	Passivo e acervo líquido	Cisão em 30/06/2016	
Circulante		Não circulante		
		Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(21.658.951,76)	
Ativos disponíveis para venda	(113.300.000,00)	Total do passivo não circulante	(21.658.951,76)	
	<u>(113.300.000,00)</u>			
		Acervo líquido		
		Capital social	(22.296.001,00)	
		Ajuste de avaliação patrimonial	(69.345.047,24)	
Total do ativo circulante	(113.300.000,00)	Total do acervo líquido	(91.641.048,24)	
	<u>(113.300.000,00)</u>			
Total do ativo	(113.300.000,00)	Total do passivo e acervo líquido	(113.300.000,00)	
	<u>(113.300.000,00)</u>		<u>(113.300.000,00)</u>	

Anexo II

Resumo das principais práticas contábeis adotadas

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

Passivos Financeiros

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Encontram-se nessa categoria os empréstimos e financiamentos, títulos de securitização e contas a pagar, que após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), incluindo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As controladas que atuam no segmento imobiliário optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social através do regime de lucro presumido, que consiste na aplicação de determinados percentuais sobre a receita bruta das Companhias, para apuração da base de cálculo dos respectivos tributos, que serão calculados pelas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Anexo V:

Alteração do Estatuto Social

Visando atender ao disposto no artigo 11 da IN CVM 481/2009, a Administração da Companhia apresenta a seguir: (a) cópia do estatuto social destacando a alteração proposta e (b) relatório detalhando a origem e justificativa da alteração proposta e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

**(a) ESTATUTO SOCIAL DESTACANDO ALTERAÇÃO PROPOSTA NO
ART. 5º**

**ESTATUTO SOCIAL DA
SUZANO HOLDING S.A.**

TÍTULO I

Da denominação, sede, prazo de duração e objeto social

- Art. 1º - SUZANO HOLDING S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.
- Art. 2º -** A sociedade tem sede na cidade, Município e Comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, que é o seu foro.
- Art. 3º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado.
- Art. 4º -** A sociedade tem por objeto participar, como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável e com respeito aos direitos humanos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de:
- a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco;
 - b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital;
 - c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades.

TÍTULO II

Do capital e das ações

Art. 5º - O capital social é de R\$ ~~1.953.374.350,97~~1.975.670.351,97, integralmente realizado e dividido em ~~168.698.453~~172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, das quais ~~70.805.346~~75.034.146 ordinárias, ~~68.572.777~~68.572.827 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B.

Parágrafo

Primeiro - A companhia tem o direito, a juízo de sua Assembléia Geral, de a qualquer tempo criar novas classes de ações preferenciais ou de aumentar a quantidade das ações preferenciais de classes existentes, sem guardar proporção com as demais. O montante de ações preferenciais, sem direito a voto, não poderá exceder a 2/3 (dois terços) do capital social. A criação ou aumento da quantidade de ações preferenciais também poderá ser levada a efeito para atender pedido de acionistas na forma do artigo 9º (nono) deste estatuto.

Parágrafo

Segundo - Em caso de aumento de capital é assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção do número de ações de que forem titulares. O prazo para o exercício desse direito será de 30 (trinta) dias, contado da publicação do respectivo Aviso aos Acionistas.

Art. 6º - As ações preferenciais de classe A gozarão das seguintes vantagens:

- a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;
- b) direito de participar, observado o disposto na letra 'c' adiante, do dividendo a ser distribuído correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações;
- c) dividendo, por ação, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária;
- d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes de capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento;
- e) todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo

Único - As ações preferenciais não gozarão do direito de voto.

Art. 6º-A - As ações preferenciais de classe B gozarão das mesmas vantagens e restrições atribuídas às ações preferenciais de classe A e ainda terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei nº 6.404/76, pelo preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Art. 7º - A Assembléia Geral que autorizar aumento do capital social indicará como será calculado o primeiro dividendo subsequente, a que farão jus as novas ações.

Art. 8º - Em caso de aumento de capital por incorporação de reservas ou fundos de qualquer natureza, as novas ações, se emitidas, observarão as proporções quanto à quantidade, espécie e classe de ações então existentes, no momento do aumento,

devendo, ainda, ser integralmente observados os direitos atribuídos a cada espécie e classe de ações de emissão da companhia.

- Art. 9º -** O acionista tem a faculdade de solicitar a conversão de parte ou mesmo da totalidade de suas ações ordinárias em ações preferenciais de classe A e/ou em ações preferenciais de classe B, e, nestas hipóteses, cada ação ordinária será convertida, pura e simplesmente, em uma ação preferencial de classe A ou em uma ação preferencial de classe B, observado o limite máximo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 5º (quinto) deste Estatuto (AGE-08.04.10)

TÍTULO III

Da Assembléia Geral

- Art. 10 -** A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por dois terços, no mínimo, dos membros do Conselho de Administração, pelo Diretor Presidente ou nos casos previstos em lei.
- Art. 11 -** A Assembléia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Diretor Presidente, ou, ainda, pelos seus respectivos substitutos indicados na forma dos artigos 18 e 23, alínea “a”, deste estatuto. Em seguida, os acionistas elegerão o Presidente da Assembléia Geral, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

TÍTULO IV

Da administração da sociedade

- Art. 12 -** São órgãos administrativos da sociedade:
- a) o Conselho de Administração;
 - b) a Diretoria.
- Art. 13 -** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da sociedade privativa dos Diretores.
- Art. 14 -** O prazo do mandato do Conselho de Administração e da Diretoria é de 1 (um) ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição.
- Art. 15 -** A Assembléia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo a cada um desses órgãos deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus respectivos membros.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 - O Conselho de Administração é constituído de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela Assembléia Geral, que entre eles designará o Presidente e o Vice-Presidente.

Parágrafo

Único - Quando dessas eleições será observado o disposto no artigo 141, parágrafo 4º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, com a redação dada pela Lei 10.303, de 31.10.2001, e pelo artigo 8º, parágrafo 4º, da mesma lei. (AGOE-27.04.12)

Art. 17 - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) representar o Conselho de Administração perante terceiros;
- b) sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria;
- c) preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência do Conselho de Administração;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre a gestão dos Diretores.

Art. 18 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir-se-ão, reciprocamente, nos seus impedimentos ou faltas. O Presidente do Conselho de Administração designará, entre os conselheiros, o substituto de qualquer outro membro desse órgão; não o fazendo, caberá ao próprio Conselho tal designação.

Parágrafo

Primeiro - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, deverá ser convocada, em prazo não excedente a 20 (vinte) dias, Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre o respectivo provimento, se necessário para a manutenção do número mínimo de membros desse órgão ou se considerado conveniente o provimento do cargo.

Parágrafo

Segundo - As substituições previstas neste artigo implicarão na acumulação das funções e do direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação ou de seu Presidente, ou de seu Vice-Presidente, ou do Diretor Presidente, com no mínimo (02) dois dias de antecedência e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico, sendo o quorum para instalação de pelo menos a maioria de seus membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou o Vice-Presidente. No caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade.

Parágrafo

Primeiro - Será dispensada a formalidade constante do "caput " deste artigo, quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração,

entre os quais seu Presidente ou seu Vice-Presidente; e as suas deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade.

Parágrafo

Segundo - É facultada a participação de Conselheiros na reunião, por telefone, vídeo-conferência ou outro meio de comunicação; e para ser assegurada a participação efetiva e autenticidade de seus votos os Conselheiros deverão entregar, nos 3 (três) dias seguintes às reuniões dessa natureza, na sede social ou enviar por fac-símile, documentos por eles subscritos confirmando a sua participação e o teor dos seus votos, dispensando-se tal providência com a assinatura da correspondente ata de reunião do Conselho de Administração pelo referido Conselheiro, que fará referência à forma pela qual o Conselheiro se manifestou.

Parágrafo

Terceiro - Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de se fazer representar por um de seus pares nas reuniões do Conselho de Administração, seja para a formação de “quorum”, seja para a votação, com a faculdade de indicar ou não o sentido de seu voto. Essa representação extingui-se-á, simultaneamente, com o encerramento da reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo

Quarto - Igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, correio eletrônico ou telefax, quando recebidos, pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, até o momento da reunião.

Parágrafo

Quinto - O Conselho de Administração tem a faculdade de convidar para participar de suas reuniões, mas sem direito de voto, qualquer dos membros da Diretoria que não seja membro do Conselho de Administração, e ainda qualquer outro executivo da sociedade ou o representante do seu auditor independente, ou qualquer terceiro que possa contribuir com opiniões, informações e sugestões que sirvam como subsídios às deliberações dos membros do Conselho.

Art. 20 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) eleger e destituir os Diretores;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- d) manifestar-se sobre o relatório da administração e contas da Diretoria;
- e) escolher e destituir os auditores independentes, ressalvado o direito de veto previsto em lei;
- f) autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação;
- g) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários, inclusive notas promissórias, para distribuição pública ou privada, no país e/ou no exterior, de acordo com a respectiva legislação;
- h) deliberar sobre a concessão, ou não, do direito de preferência aos antigos acionistas, ou mesmo reduzir o prazo desse direito, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das modalidades previstas no artigo 172 da Lei nº 6.404/76;

- i) deliberar sobre os recursos que, eventualmente, venham a ser interpostos na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 24 (vinte e quatro) deste estatuto; e
- j) designar o Diretor de Relações com Investidores.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 21 - A Diretoria é constituída de Diretor Presidente e de até 05 (cinco) Diretores Vice-Presidentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

Parágrafo

Primeiro - A sociedade terá Diretores Vice-Presidentes Executivos e Diretores Vice-Presidentes Corporativos, escolhidos dentre os Diretores Vice-Presidentes, cujas funções serão explicitadas pelo Conselho de Administração e neste estatuto.

Art. 22 - Os membros da Diretoria não poderão obrigar-se pessoalmente por aval ou fiança.

Art. 23 - Nos impedimentos, ou ausências temporárias:

- a) do Diretor Presidente, será ele substituído por um dos Diretores Vice-Presidentes que for por ele indicado. Na falta dessa indicação, caberá ao Presidente do Conselho de Administração tal designação;
- b) de qualquer outro Diretor Vice-Presidente, o seu substituto será designado pelo Diretor Presidente.

Parágrafo

Primeiro - No caso de vacância de cargo da Diretoria, o Conselho de Administração deverá reunir-se para deliberar sobre o provimento do cargo vago, se assim entender conveniente.

Parágrafo

Segundo - As substituições previstas neste artigo implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito de voto, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 24 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, ou por dois Diretores Vice-Presidentes, com até 02 (dois) dias de antecedência. Essas reuniões serão válidas quando delas participar a maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

Parágrafo

Primeiro - Em todas as reuniões da Diretoria as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Em caso de empate, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade. Todavia, se o Diretor Presidente, ou o Diretor Vice-Presidente que o estiver substituindo, for vencido em qualquer deliberação da Diretoria terá a faculdade de recorrer para o Conselho de Administração, sustentando-se a deliberação recorrida até o pronunciamento desse órgão.

Parágrafo

Segundo - Qualquer Diretor Vice-Presidente terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, correio eletrônico ou telefax endereçado ao credenciado, a fim de

representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de “quorum”, seja para a votação. Igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, correio eletrônico ou telefax, quando recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto até o momento da reunião.

Parágrafo

Terceiro -

A Diretoria poderá reunir-se, independentemente da formalidade de convocação, quando se tratar de matéria urgente. Para a validade dessa reunião é exigida a presença ou representação de mais da metade dos membros da Diretoria, entre os quais o Diretor Presidente.

Art. 25 -

Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria é investida dos seguintes poderes:

- a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes;
- b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais seja ou venha a ser sócia ou acionista;
- c) prestar fianças e/ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos das quais a sociedade seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; e
- d) transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos.

Art. 26 -

A sociedade será representada, ativa e passivamente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, pelo Diretor Presidente isoladamente ou por 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes Executivos.

Parágrafo

Primeiro -

A sociedade poderá ser representada por um Diretor Vice-Presidente Executivo e um procurador, por dois procuradores ou mesmo por um só procurador, desde que, na outorga do mandato, seja ela representada pelo Diretor Presidente ou 02 (dois) Diretores Vice-Presidentes Executivos, devendo ser especificados no respectivo instrumento de modo preciso e consistente os poderes conferidos ao(s) mandatário(s) e o prazo do mandato.

Parágrafo

Segundo -

Não serão outorgados poderes para substabelecimento, salvo para fins judiciais, quando o substabelecimento será admitido com cláusula de reserva de iguais poderes ao substabelecente.

Parágrafo

Terceiro -

Não obstante o disposto neste artigo, a sociedade poderá ser representada, singularmente, por qualquer Diretor Vice-Presidente Executivo:

- a) junto a quaisquer órgãos e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, exclusivamente para fins administrativos;
- b) nos atos de endosso de cheques ou de duplicatas em favor de instituições financeiras, para o efeito de depósito em conta da sociedade, no primeiro caso, e de

desconto e/ou de caução e/ou de penhor mercantil e/ou de cobrança, no segundo caso, inclusive assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs;

- c) junto à Justiça do Trabalho, Ministério Público e Sindicatos, inclusive para os fins de nomeação de prepostos e em matérias relacionadas com a admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; e
- d) junto a terceiros, para fins de representação que não envolva obrigação de qualquer natureza para a sociedade.

Parágrafo

Quarto - As citações iniciais da sociedade somente serão válidas quando feitas na pessoa do Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo

Quinto - Salvo quando para fins judiciais ou de representação da sociedade no contencioso administrativo com órgãos da Administração Pública e procedimentos relativos a marcas e patentes, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão prazo de vigência até 30 de junho do ano seguinte ao da outorga dos mesmos mandatos, se não for estabelecido menor prazo, o qual, em qualquer caso, deverá constar sempre do respectivo instrumento.

Art. 27 - Competirá, privativamente, ao Diretor Presidente:

- a) sem prejuízo do disposto no artigo 26, acima, representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto;
- b) presidir as reuniões da Diretoria;
- c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores Vice-Presidentes.

TÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Art. 28 - O Conselho Fiscal é órgão não permanente; e quando instalado, na forma da lei, será constituído de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, os quais perceberão a remuneração mínima prevista em lei.

Art. 29 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

TÍTULO VI

Das demonstrações financeiras e da destinação do lucro líquido

Art. 30 - O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, juntamente com as quais os órgãos de administração apresentarão à Assembléia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo

202 da Lei de Sociedades por Ações, observando a seguinte ordem de dedução, na forma da lei:

- a) 5% (cinco por cento) no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) as importâncias que, legalmente, devam ser destinadas a Reservas para Contingências;
- c) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral;
- d) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% (noventa por cento) à Reserva Especial para futuro aumento de capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O montante dessa Reserva Especial não poderá exceder 80% (oitenta por cento) do capital social. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo

- Primeiro** - Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do art. 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo

- Segundo** - Nos termos do artigo 199 da Lei de Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso, na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo

- Terceiro** - A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais.

Parágrafo

- Quarto** - Após as deduções previstas neste artigo e seus parágrafos o lucro remanescente, poderá ser total ou parcialmente retido, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, com base em orçamento de capital preparado pelos órgãos de administração, com parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e aprovado em Assembleia Geral Ordinária, permitindo que a sociedade disponha de recursos gerados pelas suas operações para fazer frente aos investimentos já comprometidos, ou que virão a sê-lo, necessários à sua manutenção e desenvolvimento. Referido orçamento de capital deverá ser anualmente revisado pela Assembleia Geral Ordinária quando tiver duração superior a um ano.

Art. 31 - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em lei e neste estatuto.

Art. 32 - Será levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano; e poderá a Diretoria:

- a) autorizar a declaração e pagamento de dividendo semestral, por conta do dividendo anual;
- b) levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital;
- c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

Art. 33 - Os balanços anuais serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pelo Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei de Sociedades por Ações.

TÍTULO VII - Da liquidação

Art. 34 - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação."

b) PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÃO PROPOSTA (EM DESTAQUE)	JUSTIFICATIVA
"Art. 5º - O capital social é de R\$ 1.953.374.350,97, integralmente realizado e dividido em 168.698.453 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 70.805.346 ordinárias, 68.572.777 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B."	Art. 5º - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1.953.374.350,97 1.975.670.351,97, integralmente realizado e dividido em 168.698.453 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 70.805.346 75.034.146 ordinárias, 68.572.777 68.572.827 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B.	Alteração do valor do capital social em decorrência versão do acervo cindido da IPLF para a Companhia.

Anexo VI:

Ata de Reunião do Conselho de Administração e Reunião do Conselho Fiscal

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

NIRE 35 3 0001186 4

Ata de Reunião do Conselho de Administração

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 12 de agosto de 2016, às 10h30, na sede social da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-919.

MESA: Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente; Sra. Maria Cecilia Castro Neves Ipiña - Secretária.

CONVOCAÇÃO: Convocação realizada por e-mail enviado aos membros do Conselho de Administração em 8 de agosto de 2016, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇA: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração. KPMG Auditores Independentes.

ORDEM DO DIA: Discutir e deliberar sobre: (i) a ratificação da contratação da KPMG Assurance Services Ltda, sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6 ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação a valor patrimonial contábil da parcela do acervo patrimonial da IPLF Holding S.A., sociedade por ações, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar, (parte), Jardim Paulistano, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob

o n.º 60.651.569/0001-49 (“IPLF”) a ser cindido e vertido para Companhia, na data base de 30 de junho de 2016 (“Laudo de Avaliação”); (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iii) a aprovação dos termos e condições do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A., com Versão da Parcela Cindida para Suzano Holding S.A.”, que será celebrado entre os administradores da IPLF e da Companhia nesta data (“Protocolo”); (iv) a aprovação da versão da parcela cindida da IPLF para Companhia, com o consequente aumento do capital social da Companhia e alteração do Artigo 5º do seu Estatuto Social; e (v) a aprovação da convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia para deliberar sobre as matérias constantes dos itens (i) a (iv) acima.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Após a apresentação realizada, o Conselho de Administração da Companhia decidiu, por unanimidade:

- 1) Ratificar a contratação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação.
- 2) Aprovar o Laudo de Avaliação que apurou o valor da parcela cindida do acervo líquido da IPLF a ser vertida para Companhia, com base no balancete da IPLF de 30 de junho de 2016, no valor total de R\$91.641.048,24.
- 3) Aprovar o Protocolo, que será celebrado entre os administradores da IPLF e da Companhia nesta data.
- 4) Aprovar a proposta de versão para a Companhia da parcela cindida da IPLF, nos termos do Protocolo aprovado no item (3) acima, com o consequente aumento do capital social da Companhia em R\$ 22.296.001,00, passando de R\$ 1.953.374.350,97 para R\$ 1.975.670.351,97, com a emissão de 4.228.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, as quais serão atribuídas e entregues diretamente aos atuais acionistas da IPLF, na proporção da participação que estes detêm no capital social da IPLF, sendo 1 (uma) ação de emissão da Companhia para cada 49,468 ação de emissão da IPLF, e alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1.975.670.351,97, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 75.034.146 ordinárias, 68.572.827 preferenciais classe A e 29.320.330 preferenciais classe B.”
- 5) Aprovar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em data a ser definida, para deliberar sobre as matérias constantes dos itens (1) a (4) acima.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 12 de agosto de 2016.

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Presidente da Mesa e
Vice-Presidente do Conselho de
Administração

Maria Cecilia Castro Neves Ipiña
Secretária

Boris Tabacof
Presidente do Conselho de
Administração

Edgar Gleich
Conselheiro

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Conselheiro

Antonio de Souza Corrêa Meyer
Conselheiro
p.p. Claudio Thomaz Lobo Sonder

SUZANO HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

NIRE 35 3 0001186 4

Ata de Reunião do Conselho Fiscal

DATA, HORA E LOCAL: 12 de agosto de 2016, às 10h30, na sede social da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º andar (parte), CEP 01452-919, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: A totalidade dos Conselheiros e o Secretário-Geral do Conselho Fiscal, também representante da Companhia, abaixo assinados.

MESA: Presidente: Ricardo Scalzo; Secretário: Orlando de Souza Dias.

ORDEM DO DIA: Opinar sobre a proposta de cisão parcial da IPLF Holding S.A. (“IPLF”) e versão da parcela cindida para Companhia.

DELIBERAÇÕES: Os conselheiros presentes deliberaram por unanimidade e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições:

- 1) Opinar favoravelmente à aprovação do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. e Versão da Parcela Cindida para Suzano Holding S.A.” (“Protocolo”), o qual estabelece os termos e condições para a cisão parcial da IPLF com versão da parcela cindida para a Companhia, cujo instrumento particular fica arquivado na sede da Companhia.
- 2) Opinar favoravelmente à ratificação da nomeação e da contratação da KPMG Assurance Services Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6 (“Empresa Avaliadora”), para a elaboração do Laudo de Avaliação a valor contábil, nos termos do Protocolo, em estrita observância ao que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor.
- 3) Opinar favoravelmente à aprovação do Laudo de Avaliação, a ser submetido à apreciação da assembleia geral extraordinária da Companhia, o qual, após analisado pelos Conselheiros, fica arquivado na sede da Companhia como anexo ao Protocolo.
- 4) Opinar favoravelmente à cisão parcial da IPLF com versão da parcela cindida para Companhia, nos termos e condições do Protocolo (“Cisão”).
- 5) Aprovar a emissão do seguinte parecer a ser submetido aos acionistas da Companhia com relação à Cisão:

“O Conselho Fiscal da Suzano Holding S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, analisou as seguintes propostas da Administração: (1) termos e condições constantes do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. e Versão da Parcela Cindida para Suzano Holding S.A.” (“Protocolo”); (2) da escolha, da contratação e da nomeação da KPMG Assurance Services Ltda. (“Empresa Avaliadora”) como empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil da parcela patrimonial a ser cindida da IPLF Holding S.A. (“IPLF”) e vertida para Companhia (“Laudo de Avaliação”); (3) Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; e (4) a cisão parcial da IPLF com versão da parcela patrimonial cindida para Companhia, nos termos do Protocolo. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal opinou

favoravelmente às propostas da Administração de cisão parcial da IPLF com versão da parcela patrimonial cindida para Companhia, nos exatos termos do Protocolo, manifestando-se a favor de seu encaminhamento à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberação”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e aprovada por unanimidade, foi por todos assinada.

São Paulo, 12 de agosto de 2016.

Mesa:

Ricardo Scalzo
Presidente da Mesa

Orlando de Souza Dias
Secretário e representante da Companhia

Conselheiros:

Ricardo Scalzo

José Carlos Garbes

Heraldo Gilberto de Oliveira

IPLF HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 60.651.569/0001-49

NIRE 35 3 0031301 1

Ata de Reunião do Conselho de Administração

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 12 de agosto de 2016, às 11h30, na sede social da IPLF Holding S.A. (“Companhia”), localizada na Capital do Estado de São Paulo,

na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar (parte), Jardim Paulistano, CEP 01452-919.

MESA: Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente; Sra. Maria Cecília Castro Neves Ipiña - Secretária.

CONVOCAÇÃO: Convocação realizada por e-mail enviado aos membros do Conselho de Administração em 08 de agosto de 2016, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇA: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

ORDEM DO DIA: Discutir e deliberar sobre: (i) a ratificação da contratação da KPMG Assurance Services Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6 (“Empresa Avaliadora”), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação da parcela do acervo patrimonial da Companhia a ser cindido e vertido para Suzano Holding S.A., sociedade por ações, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º andar, (parte), Jardim Paulistano, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.651.809/0001-05 (“Suzano Holding”), na data base de 30 de junho de 2016 (“Laudo de Avaliação”); (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iii) a aprovação dos termos e condições do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A., com Versão da Parcela Cindida para Suzano Holding S.A.”, que será celebrado entre os administradores da Companhia e da Suzano Holding nesta data (“Protocolo”); (iv) a aprovação da cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para Suzano Holding, nos termos do Protocolo, com a consequente redução do capital social da Companhia, cancelamento de ações e alteração do Artigo 5º do seu Estatuto Social; e (v) a aprovação da convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia para deliberar sobre as matérias constantes dos itens (i) a (iv) acima.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Após a apresentação realizada, o Conselho de Administração da Companhia decidiu, por unanimidade:

- 1) Ratificar a contratação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação.
- 2) Aprovar o Laudo de Avaliação que apurou o valor da parcela cindida do acervo líquido da Companhia a ser vertida para Suzano Holding, com base no

balancete da Companhia de 30 de junho de 2016, no valor total de R\$ 91.641.048,24.

- 3) Aprovar o Protocolo, que será celebrado entre os administradores da Companhia e da Suzano Holding nesta data.
- 4) Aprovar a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para Suzano Holding, nos termos do Protocolo aprovado no item (3) acima, com a consequente redução do capital social da Companhia em R\$ 22.296.001,00, passando este de R\$ 127.575.754,42 para R\$ 105.279.753,42, com o cancelamento de 209.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.456 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal e alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º. O capital social é de R\$ 105.279.753,42, integralmente realizado e dividido em 337.103.953 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 337.100.000 ordinárias e 3.953 preferenciais.”

- 5) Aprovar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em data a ser definida, para deliberar sobre as matérias constantes dos itens (1) a (4) acima.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 12 de agosto de 2016.

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Presidente da Mesa e
Vice-Presidente do Conselho de
Administração

Maria Cecilia Castro Neves Ipiña
Secretária

Boris Tabacof
Presidente do Conselho de
Administração

Edgar Gleich
Conselheiro

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Conselheiro

Antonio de Souza Corrêa Meyer
Conselheiro

IPLF HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 60.651.569/0001-49

NIRE 35 3 0031301 1

Ata de Reunião do Conselho Fiscal

DATA, HORA E LOCAL: 12 de agosto de 2016, às 11h30, na sede social da IPLF Holding S.A. ("Companhia"), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar (parte), CEP 01452-919, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: A totalidade dos Conselheiros e o Secretário-Geral do Conselho Fiscal, também representante da Companhia, abaixo assinados.

MESA: Presidente: Ricardo Scalzo; Secretário: Orlando de Souza Dias.

ORDEM DO DIA: Opinar sobre a proposta de cisão parcial da Companhia e versão da parcela cindida para Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding").

DELIBERAÇÕES: Os conselheiros presentes deliberaram por unanimidade e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições:

- 1) Opinar favoravelmente à aprovação do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. e Versão da Parcela Cindida para Suzano Holding S.A." ("Protocolo"), o qual estabelece os termos e condições para a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para Suzano Holding, cujo instrumento particular fica arquivado na sede da Companhia.
- 2) Opinar favoravelmente à ratificação da nomeação e da contratação da KPMG Assurance Services Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, 6º - 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º CRC 2SP014428/O-6 ("Empresa Avaliadora"), para a elaboração do Laudo de Avaliação, nos termos do Protocolo, em estrita observância ao que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor.
- 3) Opinar favoravelmente à aprovação do Laudo de Avaliação, a ser submetido à apreciação da assembleia geral extraordinária da Companhia, o qual, após analisado pelos Conselheiros, fica arquivado na sede da Companhia como anexo ao Protocolo.
- 4) Opinar favoravelmente à cisão parcial da Companhia com versão da parcela

cindida para Suzano Holding, nos termos e condições do Protocolo (“Cisão”).

- 5) Aprovaram a emissão do seguinte parecer a ser submetido aos acionistas da Companhia com relação à Cisão:

“O Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, analisou as seguintes propostas da Administração: (1) termos e condições constantes do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IPLF Holding S.A. e Versão da Parcela Cindida para Suzano Holding S.A.” (“Protocolo”); (2) da escolha, da contratação e da nomeação da KPMG Assurance Services Ltda. como empresa especializada (“Empresa Avaliadora”) para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil da parcela patrimonial a ser cindida da Companhia e vertida para Suzano Holding (“Laudo de Avaliação”); (3) Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; e (4) a cisão parcial da Companhia com versão da parcela patrimonial para Suzano Holding, nos termos do Protocolo. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal opinou favoravelmente às propostas da Administração de cisão parcial da Companhia com versão da parcela patrimonial cindida para Suzano Holding, nos exatos termos do Protocolo, manifestando-se a favor de seu encaminhamento à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberação”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e aprovada por unanimidade, foi por todos assinada. São Paulo, 12 de agosto de 2016.

Mesa:

Ricardo Scalzo
Presidente da Mesa

Orlando de Souza Dias
Secretário e representante da Companhia

Conselheiros:

Ricardo Scalzo

José Carlos Garbes

Anexo VII:

Demonstrações Financeiras

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	20
Demonstração do Valor Adicionado	21
Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	70.805
Preferenciais	97.893
Total	168.698
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	16/02/2016	Dividendo	25/02/2016	Ordinária		0,94000
Reunião de Diretoria	16/02/2016	Dividendo	25/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	1,03400
Reunião de Diretoria	16/02/2016	Dividendo	25/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	1,03400
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	05/05/2016	Ordinária		0,43200
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	05/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,47520
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	05/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,47520

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.701.535	3.381.211
1.01	Ativo Circulante	52.856	305.787
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.525	302.162
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.156	2.294
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.156	2.294
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	4.122	2.022
1.01.06.01.02	Demais Impostos a Recuperar	34	272
1.01.07	Despesas Antecipadas	6	33
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	169	1.298
1.01.08.03	Outros	169	1.298
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	169	1.298
1.02	Ativo Não Circulante	3.648.679	3.075.424
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.511	44.880
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.234	16.402
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.234	16.402
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	369	570
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	369	345
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	225
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	27.908	27.908
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	73	73
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	27.385	27.385
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	450	450
1.02.02	Investimentos	3.605.740	3.030.190
1.02.02.01	Participações Societárias	3.605.740	3.030.190
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.605.740	3.030.190
1.02.03	Imobilizado	426	352
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	426	352
1.02.04	Intangível	2	2
1.02.04.01	Intangíveis	2	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.701.535	3.381.211
2.01	Passivo Circulante	14.803	118.810
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.921	11.562
2.01.01.01	Obrigações Sociais	223	287
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.698	11.275
2.01.03	Obrigações Fiscais	408	12.918
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	407	12.917
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	129	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	278	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.683	11.765
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.683	11.765
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.683	11.765
2.01.05	Outras Obrigações	1.791	82.565
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	15
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	15
2.01.05.02	Outros	1.791	82.550
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	68.272
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	1.791	14.278
2.02	Passivo Não Circulante	31.134	34.271
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	652	944
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	652	944
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	652	944
2.02.02	Outras Obrigações	113	153
2.02.02.02	Outros	113	153
2.02.02.02.03	Contas a Pagar	113	153
2.02.04	Provisões	30.369	33.174
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.383	27.383
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	27.383	27.383
2.02.04.02	Outras Provisões	2.986	5.791
2.02.04.02.04	Plano de Remuneração Baseado em Ações	2.986	5.791
2.03	Patrimônio Líquido	3.655.598	3.228.130
2.03.01	Capital Social Realizado	1.953.374	1.953.374
2.03.02	Reservas de Capital	60.143	61.071
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	5.623	5.623
2.03.02.08	Correção Monetária Especial	875	875
2.03.02.09	Ganho na Variação de Participação de Controlada	53.645	54.573
2.03.04	Reservas de Lucros	163.782	408.666
2.03.04.01	Reserva Legal	66.058	66.058
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	97.724	342.608
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	688.581	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	805.438	815.202
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-15.720	-10.183

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	307.503	674.502	125.202	-40.542
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	530	-1.330	-4.360	-8.069
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	62	123	66	128
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	306.911	675.709	129.496	-32.601
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	307.503	674.502	125.202	-40.542
3.06	Resultado Financeiro	2.087	7.959	27.466	-49.243
3.06.01	Receitas Financeiras	2.341	8.631	11.153	23.332
3.06.02	Despesas Financeiras	-254	-672	16.313	-72.575
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	309.590	682.461	152.668	-89.785
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-912	-2.297	-8.171	19.074
3.08.01	Corrente	-129	-129	-936	-936
3.08.02	Diferido	-783	-2.168	-7.235	20.010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	308.678	680.164	144.497	-70.711
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	308.678	680.164	144.497	-70.711
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,72941	3,81070	0,80956	-0,39617
3.99.01.02	PNA	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578
3.99.01.03	PNB	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,72941	3,81070	0,80956	-0,39617
3.99.02.02	PNA	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578
3.99.02.03	PNB	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	306.678	680.164	144.497	-70.711
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.801	-6.884	-763	-4.519
4.02.01	Variação Cambial sobre Investidas da Controlada	-1.801	-5.559	-763	-3.195
4.02.02	Participação no Valor Abrangente da Controlada	0	-1.325	0	-1.324
4.03	Resultado Abrangente do Período	306.877	673.280	143.734	-75.230

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.020	66.277
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.305	11.986
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Período	680.164	-70.711
6.01.01.02	Despesas com Depreciação	36	36
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-675.709	32.601
6.01.01.04	Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	0	71.424
6.01.01.05	Receitas com Juros, Líquidas	489	-8.009
6.01.01.07	Despesas (Receitas) com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.168	-20.010
6.01.01.08	Despesas com Plano de Remuneração em Ações	167	3.036
6.01.01.10	Complemento de Outras Provisões	4.990	3.619
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	53.715	54.291
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-1.622	1.370
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	1.357	14.430
6.01.02.03	Redução em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	-35.978	-5.026
6.01.02.04	Pagamento de Juros	-584	-1.140
6.01.02.05	Pagamento de Outros Impostos e Contribuições	-1.678	-1.601
6.01.02.06	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-129	0
6.01.02.07	Dividendos Recebidos de Controladas	92.349	46.258
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110	-17
6.02.01	Adições no Imobilizado	-110	-17
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-319.547	-6.391
6.03.01	Pagamentos de Dividendos	-313.157	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-6.390	-6.391
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-253.637	59.869
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	302.162	33.280
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.525	93.149

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-928	-244.884	0	0	-245.812
5.04.06	Dividendos	0	0	-244.884	0	0	-244.884
5.04.08	Perda na Variação de Participação de Controlada	0	-928	0	0	0	-928
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	680.164	-6.884	673.280
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	680.164	0	680.164
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.884	-6.884
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	-1.325	-1.325
5.05.02.07	Variação Cambial de Investidas de Controlada	0	0	0	0	-5.559	-5.559
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-8.417	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial de Controlada	0	0	0	8.417	-8.417	0
5.07	Saldo Finais	1.953.374	60.143	153.782	688.581	789.718	3.655.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	1.953.374	62.410	798.059	0	802.703	3.616.546
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.953.374	62.410	798.059	0	802.703	3.616.546
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	-1.339	-57.116	0	0	-58.455
5.04.06	Dividendos	0	0	-57.116	0	0	-57.116
5.04.08	Perda na Variação de Participação de Controlada	0	-1.339	0	0	0	-1.339
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-70.711	-4.519	-75.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-70.711	0	-70.711
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.519	-4.519
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	-1.324	-1.324
5.05.02.07	Variação Cambial de Investidas de Controlada	0	0	0	0	-3.195	-3.195
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.526	-8.526	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial de Controlada	0	0	0	8.526	-8.526	0
5.07	Saldo Finais	1.953.374	61.071	740.943	-62.185	789.658	3.482.861

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	40	40
7.01.02	Outras Receitas	40	40
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-659	-2.011
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-659	-2.011
7.03	Valor Adicionado Bruto	-619	-1.971
7.04	Retenções	-36	-36
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36	-36
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-655	-2.007
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	684.760	-9.269
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	675.709	-32.601
7.06.02	Receitas Financeiras	9.051	23.332
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	684.105	-11.276
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	684.105	-11.276
7.08.01	Pessoal	2.357	2.881
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.251	1.884
7.08.01.02	Benefícios	840	699
7.08.01.03	F.G.T.S.	266	298
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	576	-17.506
7.08.02.01	Federais	387	-17.669
7.08.02.03	Municipais	189	163
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.008	74.060
7.08.03.01	Juros	673	72.575
7.08.03.02	Aluguéis	335	1.485
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	680.164	-70.711
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	680.164	-70.711

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	28.482.476	28.621.930
1.01	Ativo Circulante	6.794.730	6.901.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.373.823	1.786.396
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.291.326	970.850
1.01.03	Contas a Receber	1.566.135	1.886.012
1.01.03.01	Clientes	1.566.135	1.886.012
1.01.04	Estoques	1.368.679	1.315.996
1.01.06	Tributos a Recuperar	548.512	599.277
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	548.512	599.277
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	199.688	165.304
1.01.06.01.02	Demais Impostos a Recuperar	348.824	433.973
1.01.07	Despesas Antecipadas	56.169	37.181
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	590.086	306.287
1.01.08.03	Outros	590.086	306.287
1.01.08.03.01	Créditos a Receber de Venda de Energia	4.364	49.328
1.01.08.03.03	Ganhos em Operações com derivativos	506.134	158.930
1.01.08.03.04	Ativos Mantidos para Venda	0	50.000
1.01.08.03.06	Outras Contas a Receber	68.688	47.464
1.01.08.03.07	Adiantamentos a Fornecedores	10.900	565
1.02	Ativo Não Circulante	21.687.746	21.719.931
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.179.532	5.043.689
1.02.01.03	Contas a Receber	288	285
1.02.01.03.01	Clientes	288	285
1.02.01.05	Ativos Biológicos	4.267.075	4.130.508
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.404	19.056
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.404	19.056
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	375
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	375
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	895.765	893.465
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.407	3.414
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições Sociais a Compensar	340.237	433.070
1.02.01.09.04	Ganhos em Operações com Derivativos	110.922	36.463
1.02.01.09.06	Adiantamentos a Fornecedores	235.441	251.287
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	89.717	89.045
1.02.01.09.08	Outras Contas a Receber	116.041	80.186
1.02.02	Investimentos	3.927	0
1.02.02.01	Participações Societárias	3.927	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	3.927	0
1.02.03	Imobilizado	16.217.279	16.346.615
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.925.888	16.116.879
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	12.089	13.230
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	279.302	216.506
1.02.04	Intangível	287.008	329.627
1.02.04.01	Intangíveis	287.008	329.627
1.02.04.01.02	Ágio	45.445	45.445
1.02.04.01.03	Demais Ativos Intangíveis	241.563	284.182

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	28.482.476	28.621.930
2.01	Passivo Circulante	3.173.849	3.629.916
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	164.434	176.528
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.004	22.807
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	143.430	153.721
2.01.02	Fornecedores	524.718	581.477
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	497.822	525.393
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	26.896	56.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	100.771	69.323
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78.992	51.976
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	138	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78.854	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.295	11.317
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.484	6.030
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.809.246	2.036.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.809.246	2.036.729
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	695.878	1.330.580
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.113.368	706.149
2.01.05	Outras Obrigações	574.680	765.859
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	427
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	427
2.01.05.02	Outros	574.680	765.432
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	68.400
2.01.05.02.04	Perdas em Operações com Derivativos	255.365	281.317
2.01.05.02.05	Compromissos com Aquisição de Ativos	101.094	91.326
2.01.05.02.06	Contas a Pagar	203.656	292.331
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	14.565	32.058
2.02	Passivo Não Circulante	14.284.895	15.591.611
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.999.375	12.893.322
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.999.375	12.893.322
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.937.259	3.922.514
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.062.116	8.970.808
2.02.02	Outras Obrigações	942.768	1.122.804
2.02.02.02	Outros	942.768	1.122.804
2.02.02.02.03	Perdas em Operações com Derivativos	253.165	353.814
2.02.02.02.04	Compromissos com Aquisição de Ativos	669.040	733.538
2.02.02.02.05	Contas a Pagar	20.563	35.452
2.02.03	Tributos Diferidos	1.813.311	1.037.889
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.813.311	1.037.889
2.02.04	Provisões	529.441	537.596
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	233.777	225.942
2.02.04.02	Outras Provisões	295.664	311.654
2.02.04.02.04	Provisão para Passivos Atuariais	273.590	263.141
2.02.04.02.05	Plano de Remuneração Baseado em Ações	22.074	48.513
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.023.732	9.400.403
2.03.01	Capital Social Realizado	1.953.374	1.953.374

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	60.143	61.071
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	5.623	5.623
2.03.02.08	Correção Monetária Especial	875	875
2.03.02.09	Ganho na Variação de Participação em Controlada	53.645	54.573
2.03.04	Reservas de Lucros	163.782	408.666
2.03.04.01	Reserva Legal	66.058	66.058
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	97.724	342.608
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	688.581	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	805.438	815.202
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-15.720	-10.183
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	7.368.134	6.172.273

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.503.563	5.211.986	2.382.484	4.529.948
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.680.944	-3.274.873	-1.548.291	-2.937.067
3.03	Resultado Bruto	822.619	1.937.113	834.193	1.592.881
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-219.933	-425.166	-228.920	-422.387
3.04.01	Despesas com Vendas	-101.935	-205.403	-102.695	-183.390
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-103.672	-202.268	-111.548	-216.571
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.227	15.566	2.530	8.138
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.329	-28.988	-17.207	-30.564
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.224	-4.073	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	602.686	1.511.947	605.273	1.170.494
3.06	Resultado Financeiro	769.070	1.499.011	75.531	-1.649.030
3.06.01	Receitas Financeiras	1.063.243	2.075.507	85.648	168.774
3.06.02	Despesas Financeiras	-294.173	-576.496	-10.117	-1.817.804
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.371.756	3.010.958	680.804	-478.536
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-421.818	-933.891	-230.427	201.884
3.08.01	Corrente	-66.908	-156.276	-4.777	-7.313
3.08.02	Diferido	-354.909	-777.615	-225.650	209.197
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	949.938	2.077.067	450.377	-276.652
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	949.938	2.077.067	450.377	-276.652
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	308.678	680.164	144.497	-70.711
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	641.260	1.396.903	305.880	-205.941
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,72941	3,81070	0,80956	-0,39617
3.99.01.02	PNA	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578
3.99.01.03	PNB	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,72941	3,81070	0,80956	-0,39617

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.02.02	PNA	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578
3.99.02.03	PNB	1,90235	4,19177	0,89052	-0,43578

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)		Trimestre Atual	Acumulado do Atual	Igual Trimestre do	Acumulado do Exercício
Código da	Descrição da Conta	01/04/2016 à 30/06/2016	Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	949.938	2.077.067	450.377	-276.652
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.492	-16.929	-2.322	-9.715
4.02.01	Variação Cambial sobre Investidas da Controlada	-5.492	-16.929	-2.322	-9.715
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	944.446	2.060.138	448.055	-286.367
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	306.877	673.280	143.734	-75.230
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	637.569	1.386.858	304.321	-211.137

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.330.337	1.069.227
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.984.579	2.270.259
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Período Atribuído aos Acionistas Controladores	680.164	-70.711
6.01.01.02	Lucro (Prejuízo) do Período Atribuído aos Acionistas Não Controladores	1.396.903	-205.941
6.01.01.03	Despesas com Depreciação e Exaustão	697.354	702.293
6.01.01.04	Resultado na Venda de Ativos Imobilizados e Biológicos	-413	4.005
6.01.01.05	Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas	-1.619.575	1.251.093
6.01.01.06	Despesas com Juros, Líquidas	507.120	584.957
6.01.01.07	Perdas (Ganhos) com Derivativos, Líquida	-489.875	143.091
6.01.01.08	(Receitas) Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	777.615	-209.197
6.01.01.09	(Reversão) Complemento de Provisão para Contingências	-3.498	-35.089
6.01.01.10	Despesas com Plano de Remuneração em Ações	-282	23.339
6.01.01.12	Juros sobre Passivo Atuarial	17.149	15.510
6.01.01.13	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.364	10.044
6.01.01.14	Provisão para Perda nos Estoques e Baixas	4.974	5.294
6.01.01.15	Outras Provisões	41.598	11.058
6.01.01.16	Reversão de Provisão para Abatimentos	-55.812	24.005
6.01.01.17	Provisão para Perdas com Imobilizado e Baixas	19.720	16.508
6.01.01.18	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.073	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-654.242	-1.201.032
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Contas a Receber	37.198	-332.166
6.01.02.02	Aumento em Estoques	-67.536	-177.554
6.01.02.03	Redução em Tributos a Recuperar	180.834	1.833
6.01.02.04	Redução em Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	26.884	9.990
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Fornecedores	-47.661	6.266
6.01.02.07	Aumento em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	105.667	169.379
6.01.02.08	Pagamento de Juros	-596.131	-640.363
6.01.02.09	Pagamento de Outros Impostos e Contribuições	-259.065	-199.637
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-34.432	-38.780
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-998.640	-737.844
6.02.02	Adições no Imobilizado	-269.399	-223.441
6.02.03	Adições em Ativos Biológicos	-434.393	-556.932
6.02.06	Adições no Intangível	-5.383	-899
6.02.08	Recursos com Venda de Ativos	3.042	43.428
6.02.09	Aplicações Financeiras	-292.507	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-664.843	-1.166.839
6.03.01	Pagamentos de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-520.734	-103.708
6.03.02	Empréstimos Captados	2.708.994	3.467.543
6.03.03	Liquidação de Contratos de Operações com Derivativos	-57.943	12.406
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos	-2.803.674	-4.551.594
6.03.07	Aquisição de Ações Próprias	8.514	8.514
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-79.427	103.867
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-412.573	-731.589

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.786.396	3.727.752
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.373.823	2.996.163

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação das Não Controladoras	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130	6.172.273	9.400.403
5.03	Saldo Inicial Ajustado	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130	6.172.273	9.400.403
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-928	-244.884	0	0	-245.812	-189.672	-435.484
5.04.06	Dividendos	0	0	-244.884	0	0	-244.884	-201.500	-446.384
5.04.08	Perda na Variação de Participação de Controlada	0	-928	0	0	0	-928	10.765	9.837
5.04.09	Opções Outorgadas Reconhecidas por Controlada	0	0	0	0	0	0	1.063	1.063
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	660.164	-6.884	673.280	1.385.533	2.058.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	660.164	0	660.164	1.396.903	2.077.067
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.884	-6.884	-11.370	-18.254
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	-1.325	-1.325	0	-1.325
5.05.02.07	Variação Cambial de Investidas da Controlada	0	0	0	0	-5.559	-5.559	-11.370	-16.929
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.417	-8.417	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial na Controlada	0	0	0	8.417	-8.417	0	0	0
5.07	Saldo Final	1.953.374	60.143	163.782	668.661	789.718	3.655.588	7.368.134	11.023.732

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	1.953.374	62.410	798.059	0	802.703	3.616.546	6.920.860	10.537.406
5.03	Saldo Inicial Ajustado	1.953.374	62.410	798.059	0	802.703	3.616.546	6.920.860	10.537.406
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.339	-57.116	0	0	-58.455	-87.481	-145.936
5.04.06	Dividendos	0	0	-57.116	0	0	-57.116	-100.717	-167.833
5.04.08	Perda na Variação de Participação de Controlada	0	-1.339	0	0	0	-1.339	11.176	9.837
5.04.09	Opções Outorgadas Reconhecidas por Controlada	0	0	0	0	0	0	2.060	2.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-70.711	-4.519	-75.230	-212.461	-287.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-70.711	0	-70.711	-205.941	-276.652
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.519	-4.519	-6.520	-11.039
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	-1.324	-1.324	0	-1.324
5.05.02.07	Variação Cambial de Investidas da Controlada	0	0	0	0	-3.195	-3.195	-6.520	-9.715
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.526	-8.526	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial na Controlada	0	0	0	8.526	-8.526	0	0	0
5.07	Saldo Final	1.953.374	61.071	740.943	-62.185	789.659	3.482.861	6.820.918	10.103.779

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	5.985.623	5.230.265
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.742.025	4.976.088
7.01.02	Outras Receitas	15.970	16.156
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	234.992	248.067
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-7.364	-10.044
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.191.489	-2.969.237
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.088.380	-2.042.752
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.103.109	-926.485
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.794.134	2.261.028
7.04	Retenções	-697.354	-702.293
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-697.354	-702.293
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.096.780	1.558.735
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	223.270	453.175
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.073	0
7.06.02	Receitas Financeiras	227.343	453.175
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.320.050	2.011.910
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.320.050	2.011.910
7.08.01	Pessoal	474.867	458.466
7.08.01.01	Remuneração Direta	382.165	372.815
7.08.01.02	Benefícios	73.538	65.634
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.164	20.017
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.004.642	-307.751
7.08.02.01	Federais	1.055.667	-218.222
7.08.02.02	Estaduais	-53.680	-92.133
7.08.02.03	Municipais	2.655	2.604
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-1.236.526	2.137.847
7.08.03.01	Juros	-1.272.091	2.102.207
7.08.03.02	Aluguéis	35.565	35.640
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.077.067	-276.652
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	680.164	-70.711
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.396.903	-205.941

Comentário do Desempenho**RESULTADO DA CONTROLADORA**

O lucro da Suzano Holding no período findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$680,2 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$70,7 milhões apurado em igual período do exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro em relação ao prejuízo do mesmo período do exercício anterior foi o resultado positivo da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose.

(em milhares de reais)

	<u>30.06.2016</u>	<u>30.06.2015</u>
Equivalência patrimonial	675.709	(32.601)
Despesas operacionais, líquidas	(1.294)	(7.941)
Resultado financeiro líquido (1)	8.046	(49.243)
Imposto de renda e contribuição social	(2.297)	19.074
Lucro (prejuízo) do período	<u>680.164</u>	<u>(70.711)</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada		
Suzano Papel e Celulose S.A.	676.530	(102.984)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(821)	(1.041)
	<u>675.709</u>	<u>(104.025)</u>
Nemopar S.A. (1)	-	71.424
	<u>675.709</u>	<u>(32.601)</u>

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensado com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

O Patrimônio Líquido da Suzano Holding está preponderantemente investido na controlada Suzano Papel e Celulose S.A. Dessa forma, as informações trimestrais consolidadas refletem, substancialmente, essa participação societária e, conseqüentemente, o desempenho dessa controlada.

As informações relativas ao desempenho da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. estão detalhadas no Relatório de Desempenho divulgado por aquela controlada.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano Papel e Celulose ("SPC") que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros. A SPC é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

A SPC possui unidades fabris nos Estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é feita através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

A SPC tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda à terceiros, a operação de terminais portuários e a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento.

1.1 Principais eventos ocorridos na SPC nos seis meses findos em 30 de junho de 2016

a) Eventos operacionais

i. Contratação de Nota de Crédito à Exportação ("NCE")

Em 13 de abril de 2016, a SPC contratou uma operação de NCE de R\$600.000, securitizada através de um Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), ao custo de 98% do CDI, sendo os juros pagos semestralmente e o principal em parcela única com vencimento em abril de 2020.

ii. Aquisição de florestas de eucalipto

Em 27 de janeiro de 2016, a SPC assinou com a Eco Brasil Florestas S.A. ("Eco Brasil") instrumento de compra de florestas de eucalipto, pela qual a SPC comprou da Eco Brasil o volume estimado de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) metros cúbicos de florestas de eucalipto localizadas no Estado do Tocantins.

Esta transação tem como objetivo aumentar o abastecimento de madeira da unidade de Imperatriz, para fazer frente à expansão da produção de celulose. No período findo em 31 de março de 2016, a SPC realizou adiantamento no valor de R\$ 30.000 registrados na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante.

iii. Revisão de taxa e decisão afirmativa no processo de *dumping*

Em 12 de janeiro de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América ("EUA") proferiu nova decisão revisando a taxa antidumping aplicada contra a SPC de 33,09% para 22,16%, a ser aplicada exclusivamente ao papel não revestido cortado (*folio e cut size*) exportado para os EUA.

Em 9 de fevereiro de 2016, a *International Trade Commission* ("ITC"), órgão responsável por apurar se as importações dos países investigados estão causando danos ao mercado americano, proferiu decisão final afirmativa no processo de *dumping* contra a Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal, ratificando a aplicação de taxa antidumping nas vendas

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

dos investigados para os EUA. A decisão do ITC manteve a taxação de 22,16% contra a SPC.

Em 3 de março de 2016, o ITC acatou o pedido de revisão junto ao seu departamento técnico sobre as bases apresentadas e proferiu decisão complementar ajustando a taxação para 22,37% contra a SPC.

b) Eventos societários

i. Operação com Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema")

Em 4 de janeiro de 2016, após o atendimento de todas as condições precedentes e das aprovações de todos os órgãos regulatórios, foi concluída a operação com a Ibema e a Ibema Participações S.A ("Ibemapar").

A partir dessa data, a Ibema passa a deter a unidade de Embu/SP e a Ibemapar e a SPC passam a ser acionistas da Ibema, na proporção inicial de 62% (sessenta e dois por cento) e 38% (trinta e oito por cento) do seu capital social, respectivamente.

O controle da investida é compartilhado, sendo o investimento classificado como um negócio em conjunto, reconhecido pelo custo de aquisição de R\$ 8.000 (aporte de capital) e avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

2. Apresentação das informações trimestrais

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, observando as disposições contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP003/2011 de 28 de abril de 2011.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP").

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretamente, indiretamente e negócios em conjunto, cujas informações trimestrais coincidem com a data-base da Companhia, exceto para FuturaGene Ltd. cuja data-base é 31 de maio de 2016 e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 10 de agosto de 2016.

O grupo econômico formado por controladas diretas, indiretas e empresas de controle conjunto indireto considerado na preparação das informações trimestrais consolidadas é composto pelas seguintes pessoas jurídicas:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Tipo de participação	30.06.2016		31.12.2015	
		Participação no capital		Participação no capital	
		Votante	Total	Votante	Total
		%	%	%	%
Suzano Papel e Celulose S.A.	Direta	97,25	32,80	97,25	32,86
Suzano América Inc.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Trading Ltd.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Futuragene PLC.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Bahia Sul Holdings	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Europa S.A.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml. Imp. Y Exp.	Indireta	10,00	10,00	10,00	10,00
Sun Paper and Board Limited	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml. Imp. Y Exp.	Indireta	90,00	90,00	90,00	90,00
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	Indireta	50,00	50,00	50,00	50,00
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Paineiras Logística e Transportes Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Conjunto Indireta	38,00	38,00	-	-
Premesa S.A.	Direta	99,17	99,17	99,17	99,17
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,33	83,33	83,33	83,33

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das informações trimestrais das controladas. As informações trimestrais de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das informações trimestrais da SPC - *Cumulative Translation Adjustment* ("CTA"), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

As taxas utilizadas na conversão das informações trimestrais das controladas no exterior, para a moeda de apresentação dessas informações trimestrais, estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Moeda	Nome	País	Controlada	Taxa final		Taxa média	
				30/6/2016	31/12/2015	2º Trim/16	2º Trim/15
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	Suzano Trading Suzano America	3,2098	3,9048	3,5099	3,0722
GBP	Libra Esterlina	Reino Unido	FuturaGene Sun Paper	4,2511	5,7881	5,0367	4,7130
CHF	Franco Suíço	Suíça	Suzano Europa	3,2793	3,9284	3,6191	3,2644
EUR	Euro	União Européia	Bahia Sul Holdings	3,5414	4,2504	3,9656	3,3996
ARS	Peso	Argentina	Stenfar	0,2147	0,3016	0,2436	0,3414

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para a aplicação de determinadas políticas e práticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e seus efeitos são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Apresentação de informações por segmentos operacionais

As informações foram elaboradas e apresentadas de forma consistente com as informações internas fornecidas à diretoria executiva para tomada de decisões. A Administração definiu como segmentos operacionais Celulose, Papel e Imobiliário.

2.5 Demonstrações do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Principais práticas contábeis

Estas informações trimestrais e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com práticas contábeis consistentes e devem ser lidas em conjunto para um adequado entendimento das informações atualizadas para 30 de junho de 2016.

As reclassificações nas demonstrações financeiras comparativas foram realizadas para melhor apresentação e comparação com as informações do período findo em 30 de junho de 2016. Em 30 de junho de 2015, na demonstração do fluxo de caixa, o montante de R\$ 46.185 no consolidado entre as atividades operacionais, de investimento e de financiamento substancialmente composto pelas operações de risco sacado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, não houve alteração relevante nas políticas e procedimentos para gestão de riscos financeiros em relação aquelas divulgadas na Nota explicativa 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de mercado e oscilações de preços de insumos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de capital.

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização hedge accounting. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos períodos da SPC e Consolidado, e apresentados na Nota explicativa 24.

b. Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia e suas controladas e apresentadas abaixo. Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias:

		Consolidado		Controladora	
	Nota	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.373.823	1.786.396	48.525	302.162
Aplicações financeiras	6	1.291.326	970.850	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4	617.056	195.393	-	-
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	7	1.566.423	1.886.297	-	-
		<u>4.848.628</u>	<u>4.838.936</u>	<u>48.525</u>	<u>302.162</u>
Passivo					
Passivo pelo custo amortizável					
Fornecedores		524.718	581.477	-	-
Financiamentos e Empréstimos	17	12.808.621	14.930.051	6.335	12.709
Compromissos com aquisição de ativos	21	770.134	824.864	-	-
Valor justo por meio do resultado					
Perdas não realizadas em operações com derivativos	4	508.530	635.131	-	-
		<u>14.612.003</u>	<u>16.971.523</u>	<u>6.335</u>	<u>12.709</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.2 Valor justo *versus* valor contábil

Durante o período findo em 30 de junho de 2016 não houve alteração relevante nos critérios para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros em relação aqueles divulgados na Nota explicativa 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	30.06.2016		31.12.2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.373.823	1.373.823	1.786.396	1.786.396
Aplicações financeiras	1.291.326	1.291.326	970.850	970.850
Ganhos não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	617.056	617.056	195.393	195.393
Contas a receber de clientes	1.566.423	1.566.423	1.886.297	1.886.297
	<u>4.848.628</u>	<u>4.848.628</u>	<u>4.838.936</u>	<u>4.838.936</u>
Passivo				
Fornecedores	524.718	524.718	581.477	581.477
Financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante)	12.808.621	12.200.239	14.930.051	15.640.040
Compromissos com aquisição de ativos	770.134	600.211	824.864	636.504
Perdas não realizadas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	508.530	508.530	635.131	635.131
	<u>14.612.003</u>	<u>13.833.698</u>	<u>16.971.523</u>	<u>17.493.152</u>

4.3 Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representa a exposição máxima ao risco do crédito na data das informações trimestrais está apresentado a seguir:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.373.823	1.786.396	48.525	302.162
Aplicações financeiras	6	1.291.326	970.850	-	-
Contas a receber de clientes	7	1.566.423	1.886.297	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4	617.056	195.393	-	-
Total		<u>4.848.628</u>	<u>4.838.936</u>	<u>48.525</u>	<u>302.162</u>

4.4 Risco de liquidez

A seguir é apresentada a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativa de pagamentos de juros e variação cambial. Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados a valor futuro e que, portanto, não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	30.06.2016				
	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos					
Financiamentos e empréstimos	14.641.948	1.762.157	2.760.807	9.507.575	611.409
Fornecedores	524.718	524.718	-	-	-
Compromisso com aquisição de ativos	802.671	87.930	87.093	253.446	374.202
Derivativos a pagar (a)	442.347	247.247	124.284	70.816	-
Outras contas a pagar	224.399	224.286	113	-	-
	16.636.083	2.846.338	2.972.297	9.831.837	985.611

Consolidado	31.12.2015				
	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos					
Financiamentos e empréstimos	18.884.342	3.097.161	2.337.577	9.733.487	3.716.117
Fornecedores	581.477	581.477	-	-	-
Compromisso com aquisição de ativos	882.051	109.948	106.316	286.358	379.429
Derivativos a pagar (a)	782.808	289.603	273.558	219.647	-
Outras contas a pagar	327.978	327.825	153	-	-
	21.458.656	4.406.014	2.717.604	10.239.492	4.095.546

Não é esperado que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, ocorram antes do prazo previsto ou em montantes significativamente diferentes daqueles apresentados.

A seguir apresentamos os vencimentos das operações de derivativos:

Consolidado Derivativos	30/6/2016						
	Valor Futuro	Até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Ativos (a)	618.741	115.059	1.461	188.504	205.571	108.146	-
Passivos (a)	442.347	110.331	294	90.090	46.532	124.284	70.816
	176.394	4.728	1.167	98.414	159.039	(16.138)	(70.816)

(a) A classificação entre ativo e passivo das operações com derivativos difere dos montantes apresentados nas rubricas do balanço por considerar o valor futuro.

4.5 Risco de mercado

Em 30 de junho de 2016, o valor líquido de principal das operações contratadas pela SPC de Zero-Cost Collar ("Estratégia com Opções") era de US\$ 625 milhões. Seus vencimentos estão distribuídos entre outubro de 2016 e janeiro de 2018, além de US\$ 8,3 milhões em contratos futuros de *bunker* de petróleo, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela das vendas ao longo deste período.

O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando irão gerar desembolso ou recebimento de caixa, sendo que o *Zero-Cost Collar* possui a vantagem

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de não haver desembolso ou recebimento de caixa caso o câmbio permaneça dentro do intervalo contratado.

Adicionalmente às operações da SPC de hedge cambial e de *commodities*, também são celebrados contratos de *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Em 30 de junho de 2016 a SPC possuía em aberto (i) US\$ 150 milhões em *swaps* de CDI para *Libor* de 6 meses, (ii) US\$ 221 milhões em *swaps* de cupom cambial para taxa *Libor* de 3 meses, (iii) US\$ 59,9 milhões em *swaps* de *Libor* para taxa pré-fixada em Dólar.

4.6 Risco de Mercado – taxas de câmbio

A seguir é apresentada a exposição líquida em moeda estrangeira.

Consolidado	30/6/2016 (valores em milhares de R\$)						31/12/2015 (valores em milhares de R\$)					
	USD	EUR	GBP	CHF	ARS	Total	USD	EUR	GBP	CHF	ARS	Total
Caixa e equivalentes de caixa	117.531	49	36.482	202.933	1.511	358.506	754.165	69	25.721	89.902	30.714	900.565
Aplicações Financeiras	34.962	-	-	-	-	34.962	29.265	-	-	-	-	29.265
Contas a receber	878.285	21.676	11.782	-	30.308	942.251	1.164.345	4.962	15.075	-	28.320	1.212.702
Fornecedores	(7.325)	-	(323)	(1.308)	(17.939)	(26.895)	(39.050)	-	(608)	(2.380)	(14.046)	(56.084)
Empréstimos e financiamentos	(8.175.484)	-	-	-	-	(8.175.484)	(9.676.957)	-	-	-	-	(9.676.957)
Compromissos com aquisição de ativos	(383.463)	-	-	-	-	(383.463)	(455.495)	-	-	-	-	(455.495)
Derivativo Opções	-	-	-	-	-	-	(1.952.400)	-	-	-	-	(1.952.400)
Derivativo NDF	(6.474)	-	-	-	1.516	(4.958)	(360.305)	-	-	-	(72.532)	(432.837)
Derivativo Swap	(148.159)	-	-	-	-	(148.159)	(227.785)	-	-	-	-	(227.785)
TOTAL	(7.690.127)	21.925	47.941	201.625	15.396	(7.403.240)	(10.764.217)	5.025	40.188	87.522	(27.544)	(10.659.026)

Análise de sensibilidade – exposição cambial

A Companhia e suas controladas para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisam conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, sendo adotado como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação e apreciação do Real em relação às demais moedas em 25% e 50%.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado USD x BRL	30/6/2016				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	117.531	29.382	58.764	(29.382)	(58.764)
Aplicações financeiras	34.962	8.741	17.481	(8.741)	(17.481)
Financiamentos e empréstimos	(8.175.484)	(2.043.871)	(4.087.742)	2.043.871	4.087.742
Contas a receber	878.285	219.571	439.143	(219.571)	(439.143)
Fornecedores	(7.325)	(1.831)	(3.663)	1.831	3.663
Derivativo Swap	(148.159)	(124.970)	(249.940)	124.970	249.940
Derivativo Opções	241.028	60.257	120.514	(60.257)	(120.514)
Derivativo Convertibility	4.437	1.109	2.218	(1.109)	(2.218)
Derivativo Celulose	-	-	-	-	-
Derivativo Petróleo	6.494	1.623	3.247	(1.623)	(3.247)
Derivativo Opções Petróleo	(256)	(64)	(128)	64	128
Compromissos com aquisição de ativos	(383.463)	(95.866)	(191.732)	95.866	191.732
TOTAL	(7.431.950)	(1.945.919)	(3.891.838)	1.945.919	3.891.838

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado ARS x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	1.511	378	755	(378)	(755)
Contas a receber	30.308	7.577	15.154	(7.577)	(15.154)
Fornecedores	(17.939)	(4.485)	(8.970)	4.485	8.970
Derivativo NDF	1.516	379	758	(379)	(758)
TOTAL	15.396	3.849	7.697	(3.849)	(7.697)
30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado CHF x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	202.933	50.733	101.466	(50.733)	(101.466)
Fornecedores	(1.308)	(327)	(654)	327	654
TOTAL	201.625	50.406	100.812	(50.406)	(100.812)
30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado GBP x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	36.482	9.121	18.241	(9.121)	(18.241)
Contas a receber	11.782	2.945	5.891	(2.945)	(5.891)
Fornecedores	(323)	(81)	(162)	81	162
TOTAL	47.941	11.985	23.970	(11.985)	(23.970)
30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado EUR x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	49	12	25	(12)	(25)
Contas a receber	21.878	5.469	10.938	(5.469)	(10.938)
TOTAL	21.925	5.481	10.963	(5.481)	(10.963)

4.7 Risco de mercado – taxas de juros

Em 30 de junho de 2016, a posição nocional em derivativos com indexação a taxas pré-fixadas da SPC foi R\$ 1.875.307 (31 de dezembro de 2015 era de R\$ 2.242.867).

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Para a análise de sensibilidade das operações impactadas pelas taxas: Pré, *Libor*, Cupom de Dólar, a SPC adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2016, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Pré					
Derivativo Swap	(141.107)	-	-	-	-
Derivativo NDF	3.486	52.462	104.962	(52.422)	(104.802)
Derivativo Opções	241.028	-	-	-	-
TOTAL	103.407	52.462	104.962	(52.422)	(104.802)
30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Libor					
Derivativo Swap	(141.107)	-	-	-	-
TOTAL	(141.107)	-	-	-	-
30/6/2016					
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de Dólar					
Derivativo NDF	3.486	52.462	104.962	(52.422)	(104.802)
Derivativo Opções	241.028	-	-	-	-
Derivativo Swap	(7.052)	662	1.323	(664)	(1.329)
TOTAL	237.462	53.124	106.285	(53.086)	(106.131)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.8 Risco de mercado – preços das commodities

Em 30 de junho de 2016, não há exposição de contratos da SPC, indexados a preço de *commodities* de celulose (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 22.029). Em 30 de junho de 2016, com relação ao *hedge* dos custos de frete, a SPC tinha R\$ 6.238 de posição comprada em *oil bunker* (31 de dezembro de 2015 a SPC possuía R\$ 123.103).

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de commodities

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas aos preços de *commodities*, a SPC adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2016, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre os preços de mercado das *commodities*.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado <i>Commodities</i>	30/6/2016				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Derivativo Petróleo	6.494	1.623	3.247	(1.623)	(3.247)
Derivativo Opções Petróleo	(256)	(64)	(128)	64	128
TOTAL	6.238	1.559	3.119	(1.559)	(3.119)

4.9 Derivativos em aberto

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as posições consolidadas de derivativos em aberto da SPC, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, eram assim apresentadas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nominal) em		Valor justo em		Saldo patrimonial em			
		30/6/2016	31/12/2015	30/6/2016	31/12/2015	30/6/2016		31/12/2015	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em moeda estrangeira									
Posição Ativa - US\$ Libor	01/07/2016 até 04/11/2019	192.300	284.202	187.605	282.290	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Fixe		192.300	284.202	(194.657)	(293.128)	-	-	-	-
SubTotal		-	-	(7.052)	(10.838)	7.052	-	10.838	-
Swaps de taxas e índices									
Posição ativa - R\$ % DI (b)	01/07/2016 até 08/12/2016	331.335	331.335	351.721	360.911	-	-	-	-
Posição passiva - US\$ Libor (b)		481.470	585.720	(492.828)	(619.548)	-	-	-	-
SubTotal		-	-	(141.107)	(258.638)	492.828	351.721	258.638	-
Swaps de moedas - ADF									
Posição comprada em R\$ x US\$	01/07/2016 até 03/10/2016	218.266	265.526	(65.018)	231	65.018	-	-	231
Posição vendida em R\$ x US\$		218.266	622.599	68.504	(81.676)	-	68.504	81.676	-
Posição Comprada em US\$ x MXN		1.738	-	(20)	-	20	-	-	-
Posição comprada em US\$ x ARS		6.741	72.532	1.516	10.963	-	1.516	-	10.963
SubTotal		445.009	960.757	4.982	(70.483)	65.038	70.020	81.676	11.193
Opções de moeda									
Posição Vendida em R\$ x US\$	01/07/2016 até 02/01/2018	3.811.025	1.952.400	241.028	(121.955)	144.445	385.473	-	-
Posição Comprada em R\$ x US\$		2.808.575	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal		6.419.600	1.952.400	241.028	(121.955)	144.445	385.473	121.955	-
Swaps de commodities									
Posição vendida em celulose BHKP	01/07/2016 até 07/01/2017	-	22.029	-	(548)	-	-	548	-
Posição comprada em petróleo		21.179	88.095	6.494	(3.681)	-	6.494	3.681	-
Posição comprada em petróleo (ZCC)		5.539	35.008	(256)	(4.449)	361	105	4.448	-
SubTotal		26.718	145.132	6.238	(8.677)	361	6.599	8.677	-
Outros									
Posição ativa - cupom cambial	01/07/2016 até 04/11/2019	1.427.140	1.483.824	1.799.352	2.483.280	-	-	-	-
Posição passiva - US\$ Libor fixada		1.243.745	1.483.824	(1.794.915)	(2.452.427)	-	-	-	-
SubTotal		1.243.745	-	4.437	30.853	129.980	134.417	-	30.853
Resultado total em derivativos		8.808.842	5.412.035	108.826	(439.738)	839.704	945.230	461.784	42.046
Valor em risco (VaR) ^(a)				53.867	140.290				

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (a) VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%
- (b) Através do *one day gain or loss*, o valor justo na contratação (R\$12.243) foi considerado como um custo de transação, não impactando diretamente a marcação a mercado da carteira de derivativos. O custo será reconhecido de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento. Em 30 de junho de 2016 o valor a apropriar é de R\$5.531

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, essas mesmas posições consolidadas da SPC, agrupadas por contraparte, são demonstradas abaixo:

Descrição	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
	30/6/2016	31/12/2015	30/6/2016	31/12/2015	30/6/2016		31/12/2015	
					A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em moeda estrangeira								
<i>Contrapartes</i>								
BTG Pactual	112.054	172.636	(2.988)	(5.491)	2.988	-	5.491	-
Santander	40.123	55.783	(1.996)	(2.667)	1.996	-	2.667	-
Standard Chartered	40.123	55.783	(2.068)	(2.680)	2.068	-	2.680	-
Bradesco	-	-	-	-	-	-	-	-
SubTotal	-	-	(7.052)	(10.838)	7.052	-	10.838	-
Swaps de taxas e índices								
<i>Contraparte</i>								
Bradesco	481.470	585.720	(141.107)	(258.638)	492.828	351.721	258.638	-
SubTotal	-	-	(141.107)	(258.638)	492.828	351.721	258.638	-
Swaps de moedas - NDF								
<i>Contrapartes</i>								
Posição comprada em R\$ x US\$								
Itaú BBA	218.266	265.526	(65.016)	231	65.016	-	-	231
Posição vendida em R\$ x US\$								
Itaú BBA	218.266	265.526	68.504	(1.661)	-	68.504	1.661	-
Votorantim	-	181.456	-	(40.843)	-	-	40.843	-
Santander	-	175.716	-	(39.172)	-	-	39.172	-
Posição Comprada em US\$ x MXN								
Standard Chartered	1.736	-	(20)	-	20	-	1.431	-
Posição comprada em US\$ x ARS								
Mercado Rolex	-	26.846	-	4.138	-	-	-	4.138
Banco Patagonia	6.741	45.686	1.516	6.825	-	1.516	-	6.825
SubTotal	-	-	4.982	(70.483)	65.038	70.020	81.676	11.193
Opções de moeda								
Posição vendida em R\$ x US\$								
<i>Contraparte</i>								
Itaú BBA	1.685.145	732.150	74.425	(48.831)	31.746	106.171	48.832	-
Standard Chartered	-	195.240	-	(6.460)	-	-	8.460	-
JP Morgan	1.941.929	546.672	61.490	(28.156)	50.916	112.406	28.156	-
Votorantim	1.075.283	478.338	52.485	(38.507)	8.998	61.483	38.507	-
Santander	1.043.185	-	42.262	-	23.307	65.570	-	-
Bank of America	353.078	-	(5.976)	-	22.023	16.048	-	-
BNP Paribas	320.980	-	16.342	-	7.455	23.795	-	-
SubTotal	-	-	241.028	(121.955)	144.445	385.473	121.955	-
Swaps de commodities - Petróleo								
<i>Contraparte</i>								
Standard Chartered	-	96.179	-	(2.910)	-	-	2.910	-
JP Morgan	21.179	9.677	6.494	(3.059)	-	6.494	3.059	-
SubTotal	-	-	6.494	(5.969)	-	6.494	5.969	-
Opções de commodities - Petróleo								
<i>Contraparte</i>								
Standard Chartered	3.628	17.247	(148)	(2.160)	185	37	2.160	-
JP Morgan	1.911	-	(108)	-	176	68	-	-
SubTotal	-	-	(256)	(2.160)	361	105	2.160	-
Swaps de commodities - Celulose								
<i>Contraparte</i>								
Standard Chartered	-	22.029	-	(548)	-	-	548	-
SubTotal	-	-	-	(548)	-	-	548	-
Outros								
<i>Contraparte</i>								
JP Morgan	1.243.745	1.483.824	4.437	30.853	129.980	134.417	-	30.853
SubTotal	-	-	4.437	30.853	129.980	134.417	-	30.853
Resultado total em derivativos	8.808.842	5.412.035	108.526	(439.738)	839.704	948.230	481.784	42.046

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.10 Derivativos liquidados

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 e de 2015, as posições de derivativos liquidadas acumuladas pela SPC, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são demonstradas abaixo:

Descrição	Período de seis meses findo em:			
	Valor de referência acumulado (nacional) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
	30/6/2016	30/6/2015	30/6/2016	30/6/2015
Swaps em moeda estrangeira				
Posição ativa - US\$ <i>Libor</i>	49.371	211.442	-	(4.706)
Posição passiva - US\$ Taxa Pré	49.371	211.442	(3.633)	-
SubTotal	-	-	(3.633)	(4.706)
Swaps de taxas e índices				
Posição ativa - % DI	331.335	462.780	14.178	13.212
Posição passiva - US\$ Taxa Pré	331.335	-	-	-
Posição ativa - US\$ Taxa Pré	442.059	-	-	-
Posição passiva - % DI	442.059	-	(59.484)	-
SubTotal	-	-	(45.306)	13.212
Swaps de moedas				
Posição Vendida em R\$ x US\$	293.600	780.912	(68.241)	(6.227)
Posição comprada em R\$ x US\$	-	46.131	-	5.516
Posição comprada em US\$ x MXN	5.046	-	(70)	-
Posição comprada em US\$ x ARS	-	87.907	17.165	(1.135)
SubTotal	-	-	(51.146)	(1.846)
Swaps de Commodities				
Posição vendida em celulose BHKP	1.470	26.205	(475)	(785)
Posição comprada em petróleo	6.654	13.519	(3.861)	819
Posição vendida em petróleo	2.185	-	(715)	-
SubTotal	-	-	(5.051)	34
Outros				
Posição ativa - cupom cambial	1.008	350.910	-	5.712
Posição passiva - US\$ <i>Libor</i> fixada	1.008	350.910	7.205	-
SubTotal	-	-	7.205	5.712
Resultado Total em Swaps ^(a)	-	-	(97.931)	12.406

^(a) Em 30 de junho de 2016, houve recebimento de prêmio de derivativos no montante de R\$39.900 de posições vendidas de opções não vencidas e portanto não apresentada no quadro acima.

4.11 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, além de mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no desenvolvimento dos negócios.

Para tanto a Companhia e suas controladas monitoram de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de alavancagem financeira consolidado, expresso pela razão de

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

dívida total líquida pelo Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("LAJIDA") ajustado; ii) gestão de *covenants* financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para que não sejam excedidos.

A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um *hedge* natural no longo prazo para seu fluxo de caixa.

Dessa forma a Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	12.808.621	14.930.051	6.335	12.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.373.823)	(1.786.396)	(48.525)	(302.162)
Dívida líquida	11.434.798	13.143.655	(42.190)	(289.453)
Patrimônio líquido pertencente aos acionistas não controladores	7.368.134	6.172.273	-	-
Patrimônio líquido pertencente aos controladores	3.655.598	3.228.130	3.655.598	3.228.130
Patrimônio líquido e dívida líquida	22.458.530	22.544.058	3.613.408	2.938.677

4.12 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Valor justo em 30.06.2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.373.823	412.825	960.998	-
Aplicações Financeiras	1.291.326	-	1.291.326	-
Derivativos ^(a)	942.717	-	936.119	6.598
		<u>412.825</u>	<u>3.188.443</u>	<u>6.598</u>
Passivos				
Derivativos ^(a)	839.704	-	839.343	361
Financiamentos e empréstimos	12.808.621	-	12.808.621	-
Compromissos com aquisição de ativos	770.134	-	770.134	-
		<u>-</u>	<u>14.418.098</u>	<u>361</u>

	Consolidado			
	Valor justo em 31.12.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.786.396	1.257.294	529.102	-
Aplicações Financeiras	970.850	-	970.850	-
Derivativos ^(a)	42.046	-	41.964	82
		<u>1.257.294</u>	<u>1.541.916</u>	<u>82</u>
Passivos				
Derivativos ^(a)	481.784	-	473.025	8.759
Financiamentos e empréstimos	15.640.040	-	15.640.040	-
Compromissos com aquisição de ativos	636.504	-	636.504	-
		<u>-</u>	<u>16.749.569</u>	<u>8.759</u>

^(a) A classificação entre ativo e passivo das operações com derivativos difere dos montantes apresentados nas rubricas do balanço por considerar como ativo ou passivo a totalidade dos fluxos de pagamento classificados como ganhos e perdas no longo prazo.

4.13 Garantias

Em 30 de junho de 2016 a SPC possuía garantias vinculadas a operações de contas a receber consolidado referente a exportações no valor de US\$ 284 milhões, que correspondia naquela data a R\$ 911.936.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Caixa e bancos				
No Brasil	31.938	20.468	29	67
No Exterior	358.506	900.565	-	-
	<u>390.444</u>	<u>921.033</u>	<u>29</u>	<u>67</u>
Aplicações financeiras				
No Brasil	948.417	836.098	48.496	302.095
No Exterior	34.962	29.265	-	-
	<u>983.379</u>	<u>865.363</u>	<u>48.496</u>	<u>302.095</u>
	<u><u>1.373.823</u></u>	<u><u>1.786.396</u></u>	<u><u>48.525</u></u>	<u><u>302.162</u></u>

Em 30 de junho de 2016 as aplicações consolidadas eram remuneradas a taxas que variavam de 99% a 110% do CDI (31 de dezembro de 2015, 97% a 110%), exceto para uma aplicação financeira de R\$ 16 em operação compromissada que possui remuneração de 75% do CDI (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 23).

6. Aplicações financeiras – consolidado

	Taxa média de remuneração anual	30.06.2016	31.12.2015
Fundos de investimento (a)			
Itaú Investment Grade	104,4% CDI	620.186	606.221
Itaú Referenciado DI	101,1% CDI	641.381	258.080
		<u>1.261.567</u>	<u>864.301</u>
Aplicações financeiras			
Certificado de depósitos bancários	101,6% CDI	29.759	106.549
		<u>1.291.326</u>	<u>970.850</u>

(a) Em 30 de junho de 2016, no Consolidado, participam no fundo de investimento de mercado Futuragene Brasil (2,2% de cotas), Paineiras (1,8% de cotas), Ondurman e Amulya (0,6% de cotas somadas). 31 de dezembro de 2015, (3,0% de cotas), (2,1% de cotas), (0,5% de cotas somadas), respectivamente.

Em 30 de junho de 2016 a SPC possuía aplicações financeiras alocadas em dois fundos de investimento administrados pelo Banco Itaú, lastreados em renda fixa de crédito privado, e em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB").

Os fundos de investimento operam com liquidez diária, perfil conservador e disponível para venda. Já as aplicações em CDB são realizadas somente em papéis de baixo risco (high grade) de instituições financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes – consolidado**7.1 Composição dos saldos**

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Cientes no País		
- Terceiros	630.815	701.720
- Partes relacionadas ^(a)	43.796	16.463
- Terceiros	943.575	1.209.368
- Partes relacionadas ^(a)	-	3.770
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.763)	(45.024)
	<u>1.566.423</u>	<u>1.886.297</u>
Parcela classificada no ativo circulante	<u>1.566.135</u>	<u>1.886.012</u>
Parcela classificada no ativo não circulante	<u>288</u>	<u>285</u>

^(a) Vide Nota 11.**7.2 Análise dos vencimentos**

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Valores vencidos:		
- Até dois meses	54.244	66.988
- De dois meses a seis meses	34.530	24.757
- Mais de seis meses	58.029	37.126
	<u>146.803</u>	<u>128.871</u>

7.3 Movimentação da provisão para perdas no período

	<u>30.06.2016</u>	<u>30.06.2015</u>
Saldo inicial	(45.024)	(25.748)
Créditos provisionados no período	(7.849)	(10.444)
Créditos recuperados no período	485	400
Créditos baixados definitivamente da posição	494	1.604
Variação cambial	131	(27)
Saldos finais	<u>(51.763)</u>	<u>(34.215)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

8. Estoques – consolidado

	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Produtos acabados		
Celulose		
- País	97.668	87.930
- Exterior	225.201	341.856
Papel		
- País	230.911	168.382
- Exterior	87.486	67.920
Produtos em elaboração	79.832	45.616
Matérias-primas	409.310	404.975
Materiais de almoxarifado e outros	238.271	199.317
	<u>1.368.679</u>	<u>1.315.996</u>

Em 30 de junho de 2016, o saldo de estoques na SPC estava líquido da provisão para perdas no montante de R\$ 34.358, sendo: i) produtos acabados R\$ 3.345; ii) matérias-primas R\$ 12.255 e iii) materiais de almoxarifado R\$ 18.758 (31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 42.466, sendo: i) produtos acabados R\$ 703, ii) matérias-primas R\$ 23.502 e iii) materiais de almoxarifado R\$ 18.261). Essas provisões para perdas são reconhecidas no resultado consolidado na rubrica de custos dos produtos vendidos.

A SPC não disponibilizou itens dos estoques para penhor ou garantia de passivos para os períodos apresentados.

9. Tributos a recuperar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>30.06.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
IRPJ e CSLL - antecipação e impostos retidos	199.688	165.304	4.122	2.022
PIS e COFINS - sobre aquisição de imobilizado (a)	63.984	70.275	-	-
PIS e COFINS - demais operações (b)	93.914	324.003	34	272
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (a)	74.005	75.795	-	-
ICMS - outras operações (b)	277.874	235.651	-	-
Outros impostos e contribuições (c)	189.009	169.317	-	-
Provisão para perdas de crédito de ICMS	(9.725)	(7.998)	-	-
	<u>888.749</u>	<u>1.032.347</u>	<u>4.156</u>	<u>2.294</u>
Total ativo circulante	<u>548.512</u>	<u>599.277</u>	<u>4.156</u>	<u>2.294</u>
Total ativo não circulante	<u>340.237</u>	<u>433.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Créditos com realização vinculada ao prazo de depreciação do ativo correspondente.

(b) Créditos com disponibilidade para realização imediata.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (c) Em 30 de junho de 2016 inclui o montante de R\$ 159.996 referente a créditos do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras ("Reintegra"), conforme Lei 13.043/2014 e Decretos 8.415 de 27 de fevereiro de 2015 e 8.543 de 21 de outubro de 2015 (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 157.021).

9.1 Imposto de renda e contribuição social

Representa os créditos de IRPJ e CSLL pagos por estimativa no decorrer do período cuja base de cálculo ajustada no final do exercício apresentou prejuízo fiscal, impostos retidos sobre aplicações financeiras e atualização pela Selic. Os créditos são utilizados para compensação com outros tributos federais devidos e retenções na fonte a recolher.

9.2 Programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS")

Os montantes referem-se substancialmente aos créditos provenientes de insumos e serviços adquiridos para fabricação de produtos da SPC, cujas vendas não foram tributadas na saída por tratar-se de exportações e, sobre aquisição de ativo imobilizado e serviços da unidade industrial de Imperatriz-MA, sendo que a disponibilização fiscal de parte do crédito ocorrerá com base no prazo de depreciação desses ativos. A SPC realizará tais créditos, com débitos advindos das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais.

9.3 Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")

Em 30 de junho de 2016, os créditos de R\$ 84.547 e R\$ 152.343 das unidades de Mucuri-BA e Imperatriz-MA da SPC, respectivamente (31 de dezembro de 2015, os montantes eram de R\$ 80.264 e R\$ 125.297), devem-se essencialmente pelo não aproveitamento de créditos nas saídas de exportação de celulose e de papel, imunes de tributação.

A SPC solicitou processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e do Maranhão para realização desses créditos. Encontram-se homologados os montantes de R\$ 59.257 e R\$ 22.419 na Bahia e no Maranhão, respectivamente e podem ser utilizados para compensações autorizadas pelo Regulamento do ICMS do Estado, ou negociados em mercado ativo.

A SPC constituiu provisão para perda parcial dos créditos de ICMS do Maranhão no montante de R\$ 9.725 (em 31 de dezembro de 2015, a provisão era no montante de R\$ 7.988).

10. Programa de Fomento – consolidado

Em 30 de junho de 2016, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totalizou o montante de R\$ 246.341 na SPC, classificados no ativo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 251.852).

O programa de fomento é um sistema onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para fornecimento de produto agrícola (madeira) à SPC. A SPC fornece mudas de eucaliptos, assistência técnica a título de incentivo e adiantamento em espécie, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas**11.1 Saldos e transações no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016**

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	15.500	(2)	-	23.678 (2)
Matex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(22)
Lazam-MDS Corretora e Adm. de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(172)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	2	(917)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	28.288	(2)	13.000	5.604 (2)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	3.150 (3)
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	5	-
CP+ Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	654 (3)
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	25	-
Empreendimentos Imobiliários Imotors Ltda.	Outras despesas	-	-	50	-
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(437)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	995 (3)
RLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	8	-	-	5
Acionistas	Dividendos e Juros s/ capital próprio ("JCP")	-	-	196	-
		<u>43.796</u>	<u>13.000</u>	<u>17.927</u>	<u>32.536</u>
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celuloso S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	369 (4)	18	12.653 (4)
Nemonorle Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	215 (3)
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	628 (3)
		<u>-</u>	<u>369</u>	<u>18</u>	<u>13.496</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2 Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e transações no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	16.461	(2)	15.493	19.484 (2)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(95)
Lazam-MDS Correlora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(167)
Instituto Ecológico	Serviços sociais	-	-	-	(1.800)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	3.789 (3)
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	150	(14)	-
CP+ Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	221	-	1.324 (3)
Empreendimentos Imobiliários BVP Ltda.	Outras despesas	-	-	147	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	294	-
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(437)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	968 (3)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	2	4	-	11
Acionistas	Juros sobre capital próprio	-	-	68.272	(7)
		<u>16.463</u>	<u>375</u>	<u>84.192</u>	<u>23.077</u>
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	345 (4)	15	18.072 (4)
Nemonda Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	209 (3)
Nemopar S.A.	Empréstimo de mútuo e Variação cambial	-	-	-	(71.424) (5)
Premesa S.A.	Dividendos e compartilhamento de despesas	-	-	-	611
		<u>-</u>	<u>345</u>	<u>15</u>	<u>(52.532)</u>
Entre partes relacionadas					
Stenfar	Compartilhamento de despesas	3.770	(6)	-	(50)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	3.770	50
		<u>3.770</u>	<u>-</u>	<u>3.770</u>	<u>-</u>

1) Operações de vendor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 17);

2) Operações comerciais de venda de papel e celulose;

3) Compartilhamento de despesas com serviços administrativos;

4) Avals e fianças sobre garantias prestadas em favor da SPC e compartilhamento de despesas;

5) Empréstimo contraído junto à controlada Nemopar S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020, sujeito à variação cambial do dólar norte americano, liquidado em 06 de agosto de 2015;

6) Compartilhamento de despesas realizado entre Stenfar, controlada da SPC, e parte relacionada Clion Polímeros S.A., alienada em outubro de 2012, após cessão da dívida para a IPLF Holding S.A.

7) Juros sobre capital próprio creditado pela Companhia aos seus acionistas.

As transações com controladas e partes relacionadas estão registradas nas seguintes rubricas do balanço

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Saldos a receber					
Clientes	7	43.796	20.233	-	-
Créditos com Controladas - circulante		-	-	-	-
Créditos com Controladas - não circulante		-	-	-	345
Créditos com outras partes relacionadas - não circulante		13.000	375	369	225
		<u>56.796</u>	<u>20.608</u>	<u>369</u>	<u>570</u>
Saldos a pagar					
Dividendos e JCP a Pagar		(196)	(68.272)	-	(68.272)
Empréstimos e financiamentos	17	(14.871)	(15.493)	-	-
Fornecedores		(2.778)	-	-	-
Passivos com parte relacionada - circulante		(82)	(427)	(18)	(15)
		<u>(17.927)</u>	<u>(84.192)</u>	<u>(18)</u>	<u>(68.287)</u>
		<u>38.869</u>	<u>(63.584)</u>	<u>351</u>	<u>(67.717)</u>

11.3 Remunerações dos administradores

Em 30 de junho de 2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do período, totalizaram R\$ 9.123 na Controladora e R\$ 56.489 no Consolidado (30 de junho de 2015, os montantes eram de R\$ 12.902 e R\$ 71.082, respectivamente).

		Consolidado		Controladora	
		Período de seis meses findo em:			
		30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Benefícios de Curto Prazo	(i)	27.900	31.277	7.285	8.852
Salário ou Pró-Labore		13.721	13.213	3.988	4.290
Benefício Direto ou Indireto		1.222	2.352	216	436
Bônus		12.957	15.712	3.081	4.126
Benefícios de Longo Prazo	(ii)	28.589	39.955	1.838	4.050
Plano de Remuneração baseado em Ações		28.589	39.955	1.838	4.050
Total		56.489	71.232	9.123	12.902

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opções de compra de ações e ações fantasma, destinados aos executivos e membros chaves da administração, conforme regulamentos específicos (Nota 20).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12. Ativos biológicos – consolidado

Os ativos biológicos são florestas de eucalipto de reflorestamento em formação utilizadas para o abastecimento de madeira das fábricas de celulose da SPC. A seguir a movimentação dos saldos no período findo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.659.421
Adições (a)	1.115.320
Exaustão no exercício	(602.418)
Ganho na atualização do valor justo	23.145
Outras baixas (b)	(64.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.130.508
Adições (a)	434.393
Exaustão no período	(281.238)
Outras baixas (b)	(16.588)
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>4.267.075</u>

(a) 30 de junho de 2016, no consolidado foram eliminados os custos com arrendamento de terras incorridos com controladas no montante de R\$ 10.573 (31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 20.446);

(b) 30 de junho de 2016, o montante de R\$ 1.997 se refere as vendas realizadas no período e R\$ 14.591 a outras baixas relacionadas a perdas e sinistros (31 de dezembro de 2015, os montantes de R\$ 18.303 e R\$ 46.657, respectivamente).

O valor justo dos ativos biológicos é calculado anualmente conforme divulgado na Nota explicativa 12 das demonstrações contábeis anuais da Companhia. Para o período findo, não há eventos que indiquem alterações relevantes nos saldos destes ativos.

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Ativo não circulante				
Imposto de renda				
Créditos sobre prejuízos fiscais	697.499	749.158	3.005	3.049
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	239.973	275.508	8.612	10.161
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	177.730	255.633	-	-
	<u>1.115.202</u>	<u>1.280.299</u>	<u>11.617</u>	<u>13.210</u>
Contribuição social				
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	92.331	155.071	1.082	1.098
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	84.824	97.618	1.535	2.094
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	63.984	92.028	-	-
	<u>241.139</u>	<u>344.717</u>	<u>2.617</u>	<u>3.192</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.356.341</u>	<u>1.625.016</u>	<u>14.234</u>	<u>16.402</u>
Passivo não circulante				
Imposto de renda				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	1.014.470	604.209	-	-
Débitos sobre amortização de ágio	118.473	117.334	-	-
Débitos sobre diferimento na receita de venda de imóveis	9	7	-	-
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	1.454.148	1.382.394	-	-
	<u>2.587.100</u>	<u>2.103.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contribuição social				
Débitos sobre amortização de ágio	42.650	42.240	-	-
Débitos sobre diferimento na receita de venda de imóveis	3	4	-	-
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	523.495	497.661	-	-
	<u>566.148</u>	<u>539.905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante	<u>3.153.248</u>	<u>2.643.849</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total líquido ativo não circulante	16.404	19.056	14.234	16.402
Total líquido passivo não circulante	<u>1.813.311</u>	<u>1.037.889</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Prejuízos fiscais	2.802.995	3.009.635	12.019	12.196
Base negativa da contribuição social	1.035.691	1.732.807	12.019	12.196

13.1 Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findo em:			
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.010.958	(478.536)	682.461	(89.785)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(1.023.726)	162.702	(232.037)	30.527
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	28.320	-	-
IR e CSLL sobre resultado de participações societárias	1.386	-	229.772	(11.084)
Incentivo fiscal - redução SUDENE (a)	119.199	-	-	-
Resultados tributados com alíquotas vigentes diferentes da nominal	(4.445)	(4.062)	-	-
Crédito reintegra	1.012	14.649	-	-
Outros	(27.317)	275	(32)	(369)
Imposto de renda				
Corrente	(8.356)	(6.338)	(92)	(685)
Diferido	(647.794)	153.820	(1.594)	14.713
	(656.150)	147.482	(1.686)	14.028
Contribuição social				
Corrente	(147.920)	(975)	(37)	(251)
Diferido	(129.821)	55.377	(574)	5.297
	(277.741)	54.402	(611)	5.046
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos	(933.891)	201.884	(2.297)	19.074
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	31,02%	-	0,34%	-

(a) Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no Lucro da Exploração das unidades da SPC de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas apuraram prejuízos fiscais, portanto, não há alíquota efetiva para esse período.

A despesa de imposto de renda diferido no período é composta por: i) utilização do benefício fiscal da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI"), sendo o imposto de renda diferido no montante de R\$410.262 e ii) créditos fiscais sobre consumo de prejuízos fiscais e sobre diferenças temporárias no montante de R\$237.533.

Para a contribuição social diferida a despesa é composta por: i) realização de créditos fiscais sobre base negativa no montante de R\$62.724 e ii) realização de créditos fiscais sobre diferenças temporárias no montante de R\$67.096.

1 3.2 Incentivos fiscais

As unidades industriais da SPC de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA estão situadas em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e possuem o incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração e da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI").

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para a unidade da SPC de Mucuri/BA, as linhas 1 e 2 gozam do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração até os anos calendário 2024 e 2018 respectivamente. A unidade de Imperatriz tem a fruição do incentivo válida até o ano 2024. Este incentivo fiscal é calculado no resultado das operações incentivadas apurado com base no lucro da exploração. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda. O valor reduzido de imposto de renda é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal.

O benefício da DAI representa o diferimento do pagamento do IRPJ e não alcança a CSLL. Este benefício fiscal é controlado na Parte "B" da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF"), portanto, não afeta a despesa de depreciação contabilizada desses ativos nos anos subsequentes.

Na unidade da SPC de Mucuri/BA, a depreciação integral dos bens do ativo imobilizado adquiridos para a Linha 2 ocorreu no início das atividades operacionais da Linha. Para os demais ativos imobilizados dessa unidade, e do Maranhão, o incentivo fiscal tem validade para as aquisições realizadas até dezembro de 2018 e poderá ser exercido até o 4º ano seguinte à aquisição do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14. Investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A.	Nemopar S.A.	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
	(1)	(2)			
a) Participação no capital em 30 de junho de 2016					
Quantidade de ações ou cotas possuídas					
Ações ordinárias	354.349.459	-	20.970	-	
Ações preferenciais	3.262.775	-	-	-	
Cotas	-	-	-	136.911	
Capital votante	97,25%	-	99,17%	83,33%	
Capital total	32,80%	-	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 30 de junho de 2016					
Ativo	28.377.173	-	7.859	1.939	
Passivo	17.412.797	-	167	232	
Patrimônio líquido	10.964.376	-	7.792	1.707	
Capital social	6.241.753	-	5.300	164	
Resultado do período	2.078.991	-	(528)	(357)	
c) Investimentos					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.394.833	424.992	9.268	2.415	3.831.508
Equivalência patrimonial	(308.473)	144.608	(1.018)	(695)	(165.578)
Dividendos (3)	(83.260)	-	-	-	(83.260)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	18.462	-	-	-	18.462
Perda na variação de participação (5)	(1.342)	-	-	-	(1.342)
Extinção de controlada (2)	-	(569.600)	-	-	(569.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.020.220	-	8.250	1.720	3.030.190
Equivalência patrimonial	676.530	-	(523)	(298)	675.709
Dividendos (3)	(92.349)	-	-	-	(92.349)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	(5.559)	-	-	-	(5.559)
Perda na variação de participação (5)	(2.251)	-	-	-	(2.251)
Saldos em 30 de junho de 2016	3.596.591	-	7.727	1.422	3.605.740

(1) Última cotação em bolsa por ação preferencial "A" nominativa – R\$ 11,33 em 30 de junho de 2016, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 4.051.747;

(2) Empresa constituída no Uruguai foi dissolvida em 06 de agosto de 2015;

(3) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

(4) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;

(5) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC;

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15. Imobilizado – consolidado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total
Taxa média anual de depreciação	3,87%	5,26%	18,00%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.527.103	14.646.051	241.891	4.338.175	402.977	22.156.197
Transferências	117.792	411.720	32.418	10.429	(572.359)	-
Transferências entre outros ativos	(b) (17.266)	(77.066)	(1.903)	(1.291)	(15.376)	(112.902)
Adições	(21)	119.554	15.106	975	394.334	529.948
Baixas	(a) (1.100)	(34.401)	(1.737)	(12.196)	-	(49.434)
Capitalização de juros	-	-	-	-	6.930	6.930
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.626.508	15.065.858	285.775	4.336.092	216.506	22.530.739
Transferências	17.399	131.385	10.301	2.877	(161.962)	-
Transferências entre outros ativos	(b) -	9.879	-	-	(9.942)	(63)
Adições	(202)	33.340	2.295	(733)	234.700	269.400
Baixas	(a) (431)	(8.161)	(1.090)	(2.796)	-	(12.478)
Saldos em 30 de junho de 2016	2.643.274	15.232.301	297.281	4.335.440	279.302	22.787.598
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(610.246)	(4.713.702)	(150.582)	-	-	(5.474.530)
Transferências entre outros ativos	(b) 10.031	65.328	2.590	-	-	77.949
Baixas	(a) 965	25.138	1.145	-	-	27.248
Depreciações	(86.469)	(707.510)	(20.812)	-	-	(814.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(685.719)	(5.330.746)	(167.659)	-	-	(6.184.124)
Transferências entre outros ativos	(11)	1.766	(1.755)	-	-	-
Baixas	(a) 200	6.129	910	-	-	7.239
Depreciações	(38.360)	(341.826)	(13.248)	-	-	(393.434)
Saldos em 30 de junho de 2016	(723.890)	(5.664.677)	(181.752)	-	-	(6.570.319)
Valor residual						
Saldos em 30 de junho de 2016	1.919.384	9.567.624	115.529	4.335.440	279.302	16.217.279
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.940.789	9.735.112	118.116	4.336.092	216.506	16.346.615

a) Os valores de baixas da SPC incluem, além das baixas por alienação, baixas por obsolescência e sucateamento;

b) Inclui transferências na SPC entre as rubricas de estoque, intangível e ativos não-correntes a venda.

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota 17.2.

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC realizou o teste anual de recuperação de seus ativos, não sendo identificada nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável dos ativos.

15.1 Bens dados em garantia – consolidado

Em 30 de junho de 2016 a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$ 10.848.754 (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 10.932.132).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15.2 Despesas capitalizadas – consolidado

No período findo em 30 de junho de 2016 não ocorreram capitalizações de despesas. Durante o exercício de 2015 foram capitalizados juros no montante de R\$ 6.930, referente aos recursos utilizados para investimento na implantação do novo sistema de digestão da unidade Suzano da SPC.

16. Ativos intangíveis – consolidado

16.1 Ágio

A SPC mantém ágios sobre os investimentos Vale Florestar e Paineiras Logística nos montantes de R\$ 45.435 e R\$ 10, respectivamente.

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Vida útil em anos	Custo Contábil	Amortização Acumulada	Variação Cambial	Consolidado	
					Valores Residuais	
					30.06.2016	31.12.2015
KSR ^(a)						
Relacionamento com Clientes	5	22.617	(22.617)	-	-	754
Outros Intangíveis						
Marcas e Patentes	10	1.419	(876)	-	543	347
Software	5	98.515	(40.478)	-	58.037	51.569
Saldo da SPC		122.551	(63.971)	-	58.580	52.670
Futuragene						
Acordos de Pesquisa e Desenvolvimento	18.8	153.316 (a)	(85.307)	112.083 (b)	180.092	227.685
Outros Contratos de Licença	11.8	3.436 (a)	(3.059)	2.512 (b)	2.889	3.825
Outros Intangíveis						
Software	5	26	(24)	-	2	2
Saldo Consolidado		279.329	(152.361)	114.595	241.563	284.182

a) Valor convertido pela taxa original do dólar na data da apuração do ganho na alocação do preço pago.

b) Variação cambial líquida da SPC, gerada pela conversão das demonstrações contábeis (taxa histórica) para a moeda de apresentação (taxa atual) não correspondendo a valor monetário.

Em 30 de junho de 2016 foi amortizado o montante de R\$ 9.415 no Consolidado (31 de dezembro de 2015 foi o montante de R\$ 33.627 no consolidado).

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC não identificou nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável desses ativos.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – consolidado

		Indexador	Taxa média anual de juros em 30.06.2016	Vencimentos	30.06.2016	31.12.2015
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A. - Consolidado						
Imobilizado:						
BNDDES - Finem	(a) (b)	Taxa fixa / TJLP	8,80%	2016 a 2026	1.255.545	1.353.777
BNDDES - Finem	(b)	Cesta de moedas / US\$	6,34%	2016 a 2023	534.311	675.576
BNDDES - Finame	(a)	Taxa fixa / TJLP	4,65%	2016 a 2024	20.265	21.982
FNE - BNB	(b)	Taxa fixa	5,40%	2017 a 2024	230.966	200.794
FINEP	(b)	Taxa fixa	4,18%	2017 a 2020	42.601	49.948
Crédito rural		Taxa fixa			-	112.424
Arrendamento mercantil financeiro		CDI / US\$		2016 a 2022	25.110	32.619
Financiamentos de Importações / ECA	(b) (c)	US\$	2,65%	2016 a 2022	1.172.455	1.571.288
					3.281.253	4.018.408
Capital de giro:						
Financiamentos de exportações	(d)	US\$	4,76%	2016 a 2022	2.424.570	2.501.592
Nota de crédito de exportação	(e)	CDI / Taxa fixa	14,10%	2016 a 2026	3.045.437	3.077.244
Senior Notes	(f)	US\$ / Taxa fixa	5,88%	2021	2.101.667	2.553.535
Desconto de duplicatas - Vendor				2016	31.059	38.470
Cédula de crédito bancário - CCB	(g)	CDI			-	178.271
Empréstimo sindicalizado	(h)	Libor	2,90%	2018 a 2020	1.917.865	2.329.362
Risco sacado					-	206.454
Outros				2016	435	14.006
					9.521.033	10.898.934
Controladora						
Investimento:						
BNDSPAR		TJLP	4,50%	2015 a 2018	6.335	12.709
					12.808.621	14.930.051
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					1.809.246	2.036.729
Passivo não circulante					10.999.375	12.893.322

Os empréstimos e financiamentos consolidados não circulantes vencem como segue:

	30.06.2016	31.12.2015
2017	705.570	1.398.944
2018	2.460.316	2.606.135
2019	3.144.718	4.058.317
2020	1.775.652	1.354.486
2021	2.613.114	3.244.635
2022	195.830	149.942
2023 em diante	104.175	80.863
	10.999.375	12.893.322

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- a) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central;
- b) Os financiamentos e empréstimos da SPC estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária;
- c) Em Outubro de 2006, a SPC firmou contrato de financiamento junto aos bancos *BNP Paribas* e *Société Générale*, na proporção de 50% para cada um no valor de US\$ 150 milhões, com objetivo de financiar equipamentos importados para a unidade de Mucuri/BA. Em maio de 2013 a SPC captou recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à importação (ECA – *Export Credit Agency*) de equipamentos destinados às instalações da unidade de produção de celulose no Maranhão. O montante total contratado equivale a US\$ 535 milhões, pelo prazo de até 9,5 anos, com as instituições financeiras *AB Svensk Exportkredit*, *BNP Paribas* via subsidiária *Fortis Bank SA/NV*, *Nordea Bank Finland Plc*, *Nordea Bank AB* e *Société Générale*, e com garantia das "Export Credit Agency" FINNVERA e EKN. Todos estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de dezembro de 2015, a SPC cumpriu com os níveis estabelecidos. A próxima verificação ocorrerá com base nos resultados de junho de 2016;
- d) No período compreendido entre janeiro e junho de 2016 nenhuma nova operação de Financiamento de Exportação foi contratada pela SPC, sendo a variação justificada pela apreciação do Real frente ao Dólar (R\$/US\$ 3,9048 em dezembro de 2015 e R\$/US\$ 3,2098 em junho de 2016);
- e) Em junho de 2015 a SPC contratou uma operação de Nota de Crédito à Exportação ("NCE") de R\$ 675.000, securitizada por um Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e disponibilizada ao mercado ao custo de 101% do CDI, sendo os juros pagos semestralmente e o principal em parcela única em 2019. Em fevereiro de 2016 a SPC liquidou uma NCE de R\$ 73.500 cujo vencimento se daria em março de 2021. Em abril de 2016 a SPC contratou uma operação de NCE de R\$ 600.000, securitizada por um CRA e disponibilizada ao mercado ao custo de 98% do CDI, sendo os juros pagos semestralmente e o principal em parcela única em 2020. Em maio de 2016 houve captação de R\$ 447.000 em Adiantamento Contrato de Câmbio ("ACC"), com vencimentos em julho e dezembro de 2016, a fim de realizar o pré-pagamento de R\$ 713.500, referente a liquidação parcial de uma NCE com vencimento em maio de 2019. Em junho de 2016, foram emitidos mais dois CRAs: o primeiro no valor de R\$ 200.000, custo de 97% do CDI e vencimento em 2018; e o segundo no valor de R\$ 100.000, custo de 97,5% do CDI e vencimento em 2019.
- f) Em setembro de 2010 a SPC, por intermédio da sua subsidiária Suzano Trading, emitiu *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US\$ 650 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2021, cupom com pagamento semestral de 5,875% a.a. e retorno para o investidor de 6,125% a.a. A SPC é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da SPC e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante. Entre setembro de 2013 e julho de 2014, a SPC, através da sua subsidiária Suzano Trading, recomprou US\$ 4,3 milhões do valor de principal das *Senior Notes* emitidas;
- g) Em março de 2015, a SPC contratou duas operações de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R\$ 123.000 e prazo de vencimento de 1 ano. Em março de 2016, a SPC liquidou antecipadamente R\$ 31.000 referente ao CCB da Vale Florestar
- h) Em Maio de 2015, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Pulp and Paper Europe, contratou empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 600 milhões com pagamento de juros trimestral e amortização do principal entre Maio de 2018 e maio de 2020. Esse empréstimo possui cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de dezembro de 2015, a SPC cumpriu com os níveis estabelecidos. A próxima verificação ocorrerá com base nos resultados de junho de 2016;

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.037.615	25.486
Captações	4.107.775	-
Juros apropriados	1.055.118	2.041
Variação cambial	2.871.789	-
Liquidação de principal	(6.136.773)	(12.777)
Liquidação de juros	(1.017.847)	(2.041)
Custos de captação	(39.395)	-
Amortização dos custos de captação	51.769	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	14.930.051	12.709
Captações	2.708.994	-
Juros apropriados	472.336	600
Variação cambial	(1.938.726)	-
Liquidação de principal	(2.803.674)	(6.390)
Liquidação de juros	(583.770)	(584)
Custos de captação	(6.521)	-
Amortização dos custos de captação	29.931	-
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>12.808.621</u>	<u>6.335</u>

17.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos mercantis em cujo termos a SPC e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A administração da SPC possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
Máquinas e equipamentos	108.565	108.565
(-) Depreciação acumulada	(96.476)	(95.335)
Imobilizado líquido	<u>12.089</u>	<u>13.230</u>
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)		
Menos de 1 ano	4.733	5.509
Mais de 1 ano e até 5 anos	20.377	25.830
Mais de 5 anos	-	1.280
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	<u>25.110</u>	<u>32.619</u>
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	8.906	6.911
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	<u>34.016</u>	<u>39.530</u>

17.3 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2016, os saldos dos custos com captação de recursos financeiros a apropriar no resultado consolidado estão abaixo apresentados:

Natureza	Custo Total	Amortizações	Variação Cambial	Consolidado	
				Saldo à amortizar	
				30/6/2016	31/12/2015
Senior Notes	29.284	(55.080)	49.798	24.002	32.394
NCE	51.504	(30.670)	-	20.834	28.983
Pré-Pagamento	1.636	(632)	-	1.004	1.163
Importação (ECA)	101.811	(55.790)	-	46.021	53.679
Empréstimo Sindicalizado	19.824	(5.455)	391	14.760	20.887
FNE	730	(144)	-	586	652
FINEM	589	(18)	-	571	-
Crédito Rural	34	(34)	-	-	14
Total	<u>205.412</u>	<u>(147.823)</u>	<u>50.189</u>	<u>107.778</u>	<u>137.772</u>

O custo total de Senior Notes da SPC foi convertido para Real pela taxa do US\$ na data da captação (US\$ 1,6942) e para as amortizações estão convertidas, nas respectivas datas, pela taxa do dólar de fechamento. O custo total da ECA inclui despesas relacionadas a prêmios de seguros, honorários e taxas.

O custo total do Empréstimo Sindicalizado da SPC foi convertido para Real pela taxa do Franco Suíço na data da captação (CHF 3,3795) e para as amortizações estão convertidas, nas respectivas datas, pela taxa do dólar de fechamento.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências**18.1 Movimentação das provisões para contingências**

	Saldo em 31.12.2015	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 30.06.2016
SPC consolidado						
Tributárias e previdenciárias	167.185	12.224	(16.305)	12.243	(1)	175.346
Trabalhistas	29.385	2.544	(1.709)	2.397	(3.306)	29.311
Cíveis	1.989	-	(252)	-	-	1.737
	<u>198.559</u>	<u>14.768</u>	<u>(18.266)</u>	<u>14.640</u>	<u>(3.307)</u>	<u>206.394</u>
Controladora						
Suzano Holding S.A.						
Tributárias	27.383	-	-	-	-	27.383
Consolidado	<u>225.942</u>	<u>14.768</u>	<u>(18.266)</u>	<u>14.640</u>	<u>(3.307)</u>	<u>233.777</u>

Os principais processos da SPC e suas controladas são comentados a seguir:**18.2 Processos tributários e previdenciários**

Em 30 de junho de 2016, a SPC figurava no polo passivo em aproximadamente 293 processos administrativos e judiciais, de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IRPJ/CSLL e contribuição previdenciária, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da SPC e pela Administração.

A SPC aderiu ao REFIS – Lei nº 11.941/09, no tocante a alguns processos, no montante aproximado de R\$ 13.995, valor esse que se encontra devidamente provisionado, sendo que os juros e as multas serão pagos mediante utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

A SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$ 267.923 e para os quais não há provisão constituída.

Em 30 de junho de 2016, a SPC e suas controladas mantinham R\$ 37.042 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 37.869).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.3 Processos Trabalhistas

Em 30 de junho de 2016, a SPC figurava no polo passivo em aproximadamente 2.173 processos de natureza trabalhista, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da SPC e pela Administração.

De maneira geral, os processos trabalhistas da SPC estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a SPC.

A SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$ 43.620 e para os quais não há provisão constituída.

Em 30 de junho de 2016, a SPC e suas controladas mantinham R\$ 25.283 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 23.784).

18.4 Processos Cíveis

Em 30 de junho de 2016, a SPC figurava no polo passivo em aproximadamente 244 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trabalho, ações possessórias, ambiental, dentre outras.

A SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$ 4.768 e para os quais não há provisão constituída.

Os processos judiciais envolvendo a Companhia são descritos a seguir:

18.5 Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 394 milhões. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$ 274 milhões em dezembro de 2015, a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria está definitivamente encerrada.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.6 Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo de um processo judicial, de natureza tributária, no qual é discutida a não-incidência de PIS/COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre capital próprio, o qual encontra-se provisionado no montante de R\$ 27.383, devido a probabilidade de perda ser considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia mantinha R\$ 27.383 de depósito judicial relacionado a este processo, (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 27.383).

19. Passivos atuariais – consolidado

Em 30 de junho de 2016 não houve alteração nos planos de benefícios definidos e não houve mudanças significativas na análise de sensibilidade em relação aquelas informações divulgadas na Nota explicativa 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. O estudo atuarial é atualizado anualmente para fins de divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Em 30 de junho de 2016, o valor das obrigações futuras destes benefícios na SPC foi de R\$ 273.590 (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 263.141).

As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo do plano médico e seguro de vida estão demonstradas abaixo:

Taxa de desconto - plano médico	7,30% a.a.
Taxa de desconto - seguro de vida	7,30% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,0% a.a.
Inflação econômica	5,70% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57

Apresentamos demonstrativo da movimentação do passivo atuarial:

Saldo inicial em 31.12.2014	277.463
Juros sobre obrigação atuarial	33.629
Ganho atuarial	(31.981)
Benefícios pagos no exercício	(15.970)
Saldo final em 31.12.2015	263.141
Juros sobre obrigação atuarial	17.149
Benefícios pagos no período	(6.700)
Saldo final em 30.06.2016	273.590

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20. Plano de remuneração baseado em ações

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia e a SPC possuíam 2 (dois) Planos de remuneração baseados em ações, sendo: i) Plano de remuneração baseado em ações com pagamento em moeda corrente; e, ii) Plano de remuneração baseado em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe A).

Estes Planos não sofreram alterações em suas características e nos critérios de mensuração desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 (Nota 19). Em 30 de junho de 2016, há 8.845 mil ações preferenciais classe "A" da SPC em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

Em 1º de Março de 2016, a SPC outorgou o Programa "Diferimento 2015", referente ao complemento do bônus adicional do ano de 2015. As datas de carência e expiração do plano para exercício das ações acontecerão em 01 de Março de 2019 e 2020.

Em 1º de Abril de 2016, a Companhia e a SPC outorgaram o Programa SAR 2016 (Share Appreciation Rights) e adicionalmente a SPC também outorgou o Programa PLUS 2016 de (programa adicional ao Share Appreciation Rights) opções fantasma, exclusivo para novas inclusões a partir dessa data. Nesse programa, o participante deverá investir 5% do valor total correspondente ao número de opções no momento da outorga e 20% após três anos para efetivar a aquisição da opção.

O prazo de carência e de vencimento são de 3 e 5 anos a partir da data de outorga, respectivamente.

As parcelas descritas nos programas acima somente serão devidas caso o executivo esteja no quadro de funcionários da Companhia na data do pagamento. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da Companhia ou por iniciativa do executivo, antes de completar os prazos acima mencionados, o executivo perde o direito ao recebimento de todos os incentivos em aberto.

As parcelas destes programas serão reajustadas com base na variação da cotação das ações da Companhia (SUZB5) entre o período de concessão e o de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações da SUZB5, prevalecerá o valor da última negociação.

Preço da Ação: o valor da ação é calculado da média da cotação das ações dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

Para as ações e opções outorgadas e subscritas pelos beneficiários não haverá distribuição de dividendos.

Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.1 Movimentação dos planos de incentivo a longo prazo

i. Ações fantasma

Controladora e Consolidado
30/6/2016

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	1a. Carência	2a. Carência	Disponíveis no início do período	Outorgas no período	Exercida	Exercida por Demissão	Transferência	Abandonadas Prescritas	Abandonada/Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2009 A - mar08	01/03/2009	R\$ 34,74	R\$ 13,29	01/03/2013	01/03/2016	7.259	-	7.259	-	-	-	-	-	-
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 13,29	01/03/2013	01/03/2016	18.362	-	18.362	-	-	-	-	-	-
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 13,29	01/03/2014	01/03/2017	43.175	-	27.039	-	-	-	-	16.136	-
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 13,29	01/03/2015	01/03/2018	157.838	-	72.209	12.755	-	-	-	72.874	-
ILP 2011 (F)	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 13,29	01/03/2014	01/03/2017	7.159	-	-	-	-	-	-	7.159	-
ILP 2012 (PE)	30/09/2012	R\$ 9,00	R\$ 13,29	30/09/2015	30/09/2018	25.225	-	25.225	-	-	-	-	-	-
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 13,29	01/03/2016	01/03/2019	938.117	-	824.365	-	-	-	72.036	41.716	-
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2016	31/03/2019	140.000	-	140.000	-	-	-	-	-	-
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 13,59	01/04/2017	01/04/2020	904.390	-	-	-	-	-	87.915	816.475	-
Dilúmen 2014	01/03/2015	R\$ 10,80	R\$ 13,29	01/03/2018	01/03/2021	270.106	-	-	-	-	-	26.950	243.156	-
Dilúmen 2014	01/03/2015	R\$ 10,80	R\$ 13,29	01/03/2018	01/03/2021	270.106	-	-	-	-	-	26.950	243.156	-
SAR 2015	01/04/2015	R\$ 11,68	R\$ 13,21	01/04/2018	01/04/2021	91.359	-	740.248	-	-	-	72.325	567.923	-
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	R\$ 15,99	R\$ 12,49	01/09/2018	01/09/2021	4.340	-	-	-	-	-	-	4.340	-
ILP 2015	01/09/2015	R\$ 15,99	R\$ 13,29	01/09/2018	01/09/2021	43.778	-	-	-	-	-	-	43.778	-
Dilúmen 2015	01/03/2016	R\$ 16,93	R\$ 13,29	01/03/2019	01/03/2022	91.359	-	-	-	-	-	2.145	89.214	-
Dilúmen 2015	01/03/2016	R\$ 16,93	R\$ 13,29	01/03/2019	01/03/2022	91.359	-	-	-	-	-	2.145	89.214	-
SAR 2016	01/04/2016	R\$ 15,96	R\$ 11,40	01/04/2019	01/04/2022	-	679.889	-	-	-	-	-	679.889	-
PLUS 2016	01/04/2016	R\$ 15,96	R\$ 11,20	01/04/2019	01/04/2022	-	221.381	-	-	-	-	-	221.381	-
TOTAL						3.752.841	901.249	1.114.459	12.755			230.466	3.236.410	

Controlada SPC - 31/12/2015

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	1a. Carência	2a. Carência	Disponíveis no início do período	Outorgas no período	Exercida	Exercida por Demissão	Transferência	Abandonadas Prescritas	Abandonada/Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2008 (PN) mar-09	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 18,11	01/03/2012	01/03/2015	43.549	-	43.549	-	-	-	-	-	-
ILP 2009 A - mar08	01/03/2009	R\$ 34,74	R\$ 18,11	01/03/2013	01/03/2016	8.474	-	1.216	-	-	-	-	7.259	-
ILP 2008 A - mar08 / mar12	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 18,11	01/03/2012	01/03/2015	6.347	-	6.347	-	-	-	-	-	-
ILP 2009 - mar09 / mar12	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 18,11	01/03/2012	01/03/2015	9.838	-	9.838	-	-	-	-	-	-
ILP 2009 M - set09 / set12	01/09/2009	R\$ 15,11	R\$ 18,11	01/09/2012	01/09/2015	28.408	-	20.446	-	-	-	7.962	-	-
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 18,11	01/03/2013	01/03/2016	159.928	-	105.149	-	-	-	36.415	18.362	-
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 18,11	01/03/2014	01/03/2017	88.063	-	3.676	-	-	-	41.150	43.175	-
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 18,11	01/03/2015	01/03/2018	865.572	-	573.741	46.826	-	-	87.167	157.838	-
ILP 2011 (F)	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 18,11	01/03/2014	01/03/2017	7.159	-	-	-	-	-	-	7.159	-
ILP 2012 (PE)	30/09/2012	R\$ 9,00	R\$ 18,11	30/09/2015	30/09/2018	35.225	-	10.000	-	-	-	-	25.225	-
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 22,64	01/03/2016	01/03/2019	1.159.918	-	-	44.104	-	-	76.400	938.117	-
Programa Especial 2012a	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2018	70.000	-	70.000	-	-	-	-	-	-
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	30/06/2014	30/06/2017	30.600	-	9.923	-	-	26.077	101.297	-	-
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2018	30.000	-	22.317	-	-	7.583	-	-	-
Programa Especial 2012d	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2018	40.000	-	40.000	-	-	-	-	-	-
Programa Especial 2012e	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2018	80.000	-	80.000	-	-	-	-	-	-
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 19,05	01/04/2017	01/04/2020	997.617	-	-	-	-	-	93.227	140.000	-
Dilúmen 2014	01/03/2015	R\$ 10,80	R\$ 18,11	01/03/2018	01/03/2021	-	304.550	1.705	2.660	-	-	30.067	904.390	-
Dilúmen 2014	01/03/2015	R\$ 10,80	R\$ 18,11	01/03/2018	01/03/2021	-	304.550	1.705	2.660	-	-	30.067	270.106	17,30
SAR 2015	01/04/2015	R\$ 11,68	R\$ 18,16	01/04/2018	01/04/2021	-	747.600	-	-	-	-	7.352	740.248	-
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	R\$ 15,99	R\$ 17,42	01/09/2018	01/09/2021	-	4.340	-	-	-	-	-	4.340	-
ILP 2015	01/09/2015	R\$ 15,99	R\$ 18,11	01/09/2018	01/09/2021	-	62.540	-	2.063	-	-	16.677	43.778	-
TOTAL						3.800.036	1.423.596	999.613	98.335			281.590	3.570.103	17,30

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Controladora Suzano Holding - 30/06/2016

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	Carência	Expiração	Disponíveis no Início do Período	Outorgadas no Período	Exercidas	Transferida Saída	Transferida Entrada	Abandonadas/Prescritas	Abandonada/Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 13,29	01/03/2016	01/03/2019	152.286	-	152.286	-	-	-	-	-	-
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 13,59	01/04/2017	01/04/2019	181.332	-	-	-	-	-	-	181.332	-
SAR 2015	01/04/2015	R\$ 11,69	R\$ 13,21	01/04/2018	01/04/2020	141.945	-	-	-	-	-	-	141.945	-
SAR 2016	01/04/2016	R\$ 15,96	R\$ 11,40	01/04/2019	01/04/2021	-	112.167	-	-	-	-	-	112.167	-
Total:						475.563		152.286					435.444	

Controladora Suzano Holding - 31/12/2015

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	Carência	Expiração	Disponíveis no Início do Período	Outorgadas no Período	Exercidas	Transferida Saída	Transferida Entrada	Abandonadas/Prescritas	Abandonada/Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 18,11	01/03/2013	01/03/2016	1.565	-	1.565	-	-	-	-	-	-
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 18,11	01/03/2014	01/03/2017	24.048	-	24.048	-	-	-	-	-	-
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,48	R\$ 18,11	01/03/2015	01/03/2018	195.440	-	195.440	-	-	-	-	-	-
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 22,64	01/03/2016	01/03/2019	231.922	-	74.699	-	-	-	-	-	-
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 19,05	01/04/2017	01/04/2019	181.332	-	-	-	-	4.977	-	152.266	17,19
SAR 2015	01/04/2015	R\$ 11,69	R\$ 18,16	01/04/2018	01/04/2020	-	141.945	-	-	-	-	-	181.332	-
Total:						634.307	141.945	295.712			4.977		475.563	17,19

ii. Opções de compra de ações preferenciais Classe 'A'

Controladora e Consolidado
30/06/2016

Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço Na data da outorga	Quantidade de ações				
						Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 30/06/2016
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	-	-	-	1.800.000
Total						9.000.000	5.400.000			3.600.000

20.2 Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações**i. Plano de ações fantasma**

Por ser um Plano liquidado em caixa, a SPC deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Este valor é multiplicado pelo TRS (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

ii. Plano de opção de compra de ações

Para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe A do Programa 3, a SPC utilizou, o modelo matemático de aproximação para opções Binomial, o qual considerara a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Seguem as seguintes premissas matemáticas utilizadas nos itens "i" e "ii":

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Descrição das premissas	Indicadores			
	Opções			
	Programa III	SAR 2014	SAR 2015	SAR 2016 e Plus 2016
Modelo de Cálculo	Binomial	Simulação de Monte Carlo	Simulação de Monte Carlo	Simulação de Monte Carlo
Preço do ativo base (1) (por ação)	R\$ 7,73	R\$ 13,29	R\$ 13,29	R\$ 13,29
Expectativa de volatilidade (2)	40,47% a.a.	36,82 % a.a.	34,77 % a.a.	33,85 % a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	Igual à vida da opção	Igual à vida da opção	Igual à vida da opção	Igual à vida da opção
Expectativa de dividendos (4)	3,49% a.a.	2,94% a.a.	2,94% a.a.	4,80% a.a.
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 8,99%	média de 11,90%	média de 12,83%	média de 14,33%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5.

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de

(3) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pró de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstrados abaixo:

	Consolidado			
	Passivo e		Resultado	
	Patrimônio líquido		Período de seis meses findo em:	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	30.06.2015
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	22.074	48.513	2.001	(20.274)
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	18.131	23.091	(1.719)	(3.065)
Resultado			282	(23.339)
Controladora				
	Passivo		Resultado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	30.06.2015
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	2.986	5.791	(167)	(3.036)
Resultado			(167)	(3.036)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21. Compromissos com aquisição de ativos – consolidado

Em 30 de junho de 2016, estes compromissos totalizavam o montante de R\$ 770.134 na SPC e estão classificados no passivo circulante e passivo não circulante (31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$ 824.864).

21.1 Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”)

A SPC e suas controladas realizaram transações para aquisição de terras e reflorestamento através de CRI. Em 30 de junho de 2016, os compromissos relacionados a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no Maranhão totalizaram o montante de R\$ 169.055, apresentado na rubrica de compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2015, o montante foi de R\$ 167.485).

21.2 Aquisição do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“VFFIP”)

Em 08 de agosto de 2014, a aquisição do VFFIP foi efetivada pela SPC pelo montante de R\$ 528.941, com o pagamento de R\$ 44.998 a título de sinal na data do fechamento. O saldo remanescente devedor no montante de R\$ 483.943 será pago no prazo de 10 a 15 anos, sendo o montante de R\$ 195.551 atualizado pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e o montante de R\$ 288.392 atualizado pela variação cambial do dólar acrescentando-se a estes juros usuais de mercado para este tipo de transação.

Em 30 de junho de 2016, o saldo remanescente total atualizado era de R\$ 607.078 na SPC, apresentado na rubrica de compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante, (31 de Dezembro de 2015, o montante era de R\$ 657.379).

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital autorizado

Em 30 de junho de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 1.953.374, integralmente realizado e dividido em 168.698 mil ações nominativas, sem valor nominal, sendo 70.805 mil ações ordinárias com direito a voto, 68.573 mil ações preferenciais de classe A e 29.320 mil ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

22.2 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Em 28 de abril de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 77.107, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$ 0,432 (quarenta e três centavos de real e cinquenta milésimos de centavos de real) para as ações ordinárias; R\$0,4752 (quarenta e sete centavos de real e

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

cinquenta e dois milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 05 de maio de 2016, com base na posição acionária em 28 de abril de 2016, passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir de 29 de abril de 2016.

Em 16 de fevereiro de 2016, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 167.777, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,94 (noventa e quatro centavos de real) para as ações ordinárias; R\$1,034 (um e três centavos de real e quarenta milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária em 16 de fevereiro de 2016, passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir de 17 de fevereiro de 2016.

22.3 Reservas

i. Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

ii. Reserva de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais e ganhos de variação de participação em controlada.

22.4 Ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

i. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na SPC. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS.

ii. Outros resultados abrangentes

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas das variações cambiais decorrentes da conversão das informações trimestrais das controladas no exterior, variação cambial das investidas no exterior, o ganho ou perda com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures de 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da SPC.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.5 Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período.

	30.06.2016		
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B
Lucro atribuível aos acionistas controladores	269.818	287.442	122.904
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período	70.805	68.573	29.320
Lucro básico por ação	3,81070	4,19177	4,19177

	30.06.2015		
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(28.051)	(29.883)	(12.777)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período	70.805	68.573	29.320
Prejuízo básico por ação	(0,39617)	(0,43578)	(0,43578)

Diluído

A Companhia não apresentou ações potenciais que provocariam diluição.

23. Outras receitas operacionais, líquidas – consolidado

	Consolidado	
	Período de seis meses findo em:	
	30.06.2016	30.06.2015
Resultado na venda de outros produtos	10.096	7.999
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	413	(4.005)
Provisão para perda e baixa de imobilizados e biológicos (a)	(19.720)	(16.508)
Amortização do ativo intangível	(9.268)	(9.073)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.057	(839)
	<u>15.566</u>	<u>8.138</u>
Total de outras receitas operacionais	<u>(28.988)</u>	<u>(30.564)</u>
Total de outras despesas operacionais	<u>(13.422)</u>	<u>(22.426)</u>
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		

- a. Em 30 de junho de 2016 o montante de R\$ 14.591 refere-se a baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$ 5.129 com ativos imobilizados da SPC (30 de junho de 2015, o montante de R\$ 12.989 refere-se a baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$ 3.519 com ativos imobilizados da SPC).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	Período de seis meses findo em:			
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Rendimento de aplicações financeiras	117.014	148.064	6.745	3.548
Receitas financeiras com avais e fianças concedidas	-	-	1.774	10.632
Outras receitas financeiras	17.911	20.710	112	9.152
Total das receitas financeiras	134.925	168.774	8.631	23.332
Despesas de juros	(539.253)	(597.871)	(597)	(1.141)
Outras despesas financeiras	(37.243)	(23.977)	(75)	(10)
Total das despesas financeiras	(576.496)	(621.848)	(672)	(1.151)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	1.782.671	(1.206.618)	-	-
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	(331.964)	153.753	-	(71.424)
Variação monetária e cambial, líquida	1.450.707	(1.052.865)	-	(71.424)
Ganhos em operações com derivativos	533.751	52.747	-	-
Perdas em operações com derivativos	(43.876)	(195.838)	-	-
Resultado de operações com derivativos	489.875	(143.091)	-	-
Receitas financeiras	2.075.507	168.774	8.631	23.332
Despesas financeiras	(576.496)	(1.817.804)	(672)	(72.575)
Resultado financeiro líquido	1.499.011	(1.649.030)	7.959	(49.243)

25. Receita Líquida – consolidado

	Consolidado	
	Período de seis meses findo em:	
	30.06.2016	30.06.2015
Receita bruta de vendas	5.792.991	5.011.359
Deduções		
Impostos sobre vendas (a)	(529.903)	(446.138)
Devoluções e cancelamentos	(44.926)	(30.899)
Descontos e abatimentos	(6.176)	(4.374)
Receita Líquida	5.211.986	4.529.948

- (a) Inclui o montante de 1% até o mês de Novembro/2015 e 2,5% para Dezembro/2015 em diante sobre o valor da receita bruta das vendas no mercado doméstico, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com vigência indeterminada, conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26. Informação por segmento – consolidado

As informações apresentadas nas colunas “Não Segmentado” referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de papel, celulose e imobiliário como, por exemplo, gastos com tecnologia da informação, resultado financeiro líquido e administrativos, entre outros, os quais não são alocados.

	30.06.2016				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado(1)	Total
Receita líquida	3.412.158	1.799.652	176	-	5.211.986
Resultado financeiro líquido	-	-	-	1.499.098	1.499.098
Despesas administrativas	-	-	-	(766)	(766)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	-	(13.509)	(13.509)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(4.073)	(4.073)
Resultado operacional	1.166.152	365.308	(1.252)	1.480.750	3.010.958
	30.06.2016				
Total dos ativos	13.577.521	4.848.616	3.730	10.052.609	28.482.476
	30.06.2015				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado(1)	Total
Receita líquida	2.924.432	1.605.340	176	-	4.529.948
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(1.649.030)	(1.649.030)
Despesas administrativas	-	-	-	(7.063)	(7.063)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	-	(22.426)	(22.426)
Resultado operacional	958.498	233.040	(1.555)	(1.678.519)	(478.536)
	31.12.2015				
Total dos ativos	13.984.101	4.990.287	3.561	9.643.981	28.621.930

(1) A Companhia e suas controladas não gerenciam essas informações por segmento de negócios, por isso, alocam no fluxo de não segmentado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

27. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	Período de seis meses findo em: 30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Custo do Produto Vendido				
Gastos com pessoal	244.325	233.067	-	-
Custo variável	1.499.865	1.461.537	-	-
Custos logísticos	476.474	434.982	-	-
Depreciação, exaustão e amortização	682.488	618.965	-	-
Demais custos	371.721	188.516	-	-
	3.274.873	2.937.067	-	-
Despesas Comerciais				
Gastos com pessoal	58.679	44.070	-	-
Serviços	20.850	24.829	-	-
Despesas com logística	97.778	94.231	-	-
Depreciação e amortização	1.723	1.679	-	-
Outras despesas (a)	26.373	18.581	-	-
	205.403	183.390	-	-
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	109.696	131.134	(1.457)	2.881
Serviços	40.298	41.935	903	1.369
Depreciação e amortização	13.143	10.563	36	36
Outras despesas (b)	39.131	32.939	1.848	3.783
	202.268	216.571	1.330	8.069
	3.682.544	3.337.028	1.330	8.069

(a) Inclui despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais de uso e consumo, viagem, estadia, feiras e eventos.

(b) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e estadia.

28. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia e suas controladas mantêm coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia e de suas controladas.

Dentre as modalidades de seguros contratadas pela companhia e suas controladas, são destaques:

- **Riscos Operacionais:** Cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 30 de junho de 2016, na SPC, a importância segurada era de R\$ 24.968.579 e o limite máximo de indenização era de R\$ 5.320.000.
- **Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O):** Cobertura com objetivo de proteger a responsabilidade civil dos Executivos por perdas e danos resultantes de suas

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade. Em 30 de junho de 2016, no Consolidado, a importância segurada era de R\$ 120.000.

- **Responsabilidade Civil e Geral:** Reembolsa a companhia e suas controladas por indenizações decorrentes de sentenças transitadas em julgado ou por acordos previamente aprovados e autorizados pela seguradora por involuntários danos materiais e/ou físicos causados a terceiros decorrentes das atividades industriais e/ou comerciais. O seguro abrange também entre outros a responsabilidade do empregador, veículos contingentes, produto no território nacional. Em 30 de junho de 2016, no Consolidado, a importância segurada era de R\$ 20.000.

29. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, eram as seguintes:

	30.06.2016	31.12.2015
Suzano Papel e Celulose S.A.(1)		
BNDES	245.427	411.171
FNE - BNB	231.551	201.446
	<u>476.978</u>	<u>612.617</u>

1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 31 de outubro de 2024;

No período findo em 30 de junho de 2016 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$ 1.774, (30 de junho de 2015 o montante foi de R\$ 10.632) referente à concessão das referidas garantias.

30. Eventos subsequentes

Eventos subsequentes da SPC

Oferta de Senior Notes Green Bond ("Senior Notes")

Em 07 de julho de 2016, a SPC lançou e precificou oferta no mercado internacional, por meio de sua subsidiária integral Bahia Sul Holdings GmbH, de Senior Notes no valor total de USD 500 milhões. As Senior Notes cumprem com os Green Bond Principles editados pela Associação Internacional de Mercado de Capitais (International Capital Market Association). Os títulos têm vencimento em 10 anos e foram emitidas com cupom (juros) de 5,75% ao ano, os quais serão pagos semestralmente, a partir de janeiro de 2017.

A SPC pretende utilizar os recursos obtidos para investimentos em projetos sustentáveis nas áreas de gestão florestal, restauração de florestas nativas, manutenção ou desenvolvimento de áreas de preservação ambiental, gestão do uso da água, eficiência energética, energia renovável, redução de gases de efeito estufa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da

Suzano Holding S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carla Bellangero

Contadora CRC 1SP196751/O-4

IPLF Holding – Balanços Patrimoniais

(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	19.965	20.166	7.916	3.424
Contas a receber de clientes	5.284	4.810	-	-
Estoque	503	604	-	-
Tributos a recuperar	4.185	2.356	3.472	1.743
Despesas antecipadas	24	67	8	33
Outras contas a receber	442	225	360	187
Total do ativo circulante	30.403	28.228	11.756	5.387
Não circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Créditos a receber de partes relacionadas	2	-	196	10
Ajuntamento para futuro aumento de capital	4.190	3.400	4.205	3.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	378	378	-	-
Imóveis a serem comercializados	30.218	30.216	-	-
Contas a receber de clientes	10.896	12.892	-	-
Depósitos judiciais	3.853	3.831	3.853	3.831
Ativos financeiros disponíveis para venda	113.423	187.023	113.423	187.023
	162.960	237.742	121.677	194.279
Investimentos	151.196	155.916	195.358	203.073
Imobilizado	7.999	7.977	6.298	6.313
Intangível	1.282	941	49	49
Total do ativo não circulante	323.397	402.376	323.382	409.714
Total do ativo	353.800	430.604	335.138	409.101
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	555	148	-	-
Impostos a pagar	150	694	23	182
Imposto de renda e contribuição social	2.289	2.715	1.938	654
Prestações e encargos a pagar	1.170	1.239	481	619
Dividendos propostos	11.909	11.910	11.909	11.910
Tributos de securitização	4.367	4.285	-	-
Contas a pagar	327	877	309	275
Total do passivo circulante	20.767	21.868	14.710	13.641
Não circulante				
Passivo a descoberto de controladas	-	-	98	79
Tributos de securitização	11.757	12.801	-	-
Contas a pagar	58.104	57.497	58.670	57.385
Contas a pagar para empresas relacionadas	251	3.955	-	3.776
Plano de remuneração baseado em ações	367	853	367	853
Provisão para contingências	893	1.888	893	1.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.218	38.208	21.107	38.083
Total do passivo não circulante	93.590	115.182	81.135	102.044
Patrimônio líquido				
Capital social	127.576	127.576	127.576	127.576
Reservas de lucro	38.082	38.082	38.082	38.082
Ajuste de avaliação patrimonial	66.724	127.758	66.724	127.758
Lucro (prejuízo) líquido do período	6.911	-	6.911	-
Total do patrimônio líquido da controladora	239.293	293.416	239.293	293.416
Participações de acionistas não controladores	150	138	-	-
Total do patrimônio líquido	239.443	293.554	239.293	293.416
Total do passivo e patrimônio líquido	353.800	430.604	335.138	409.101

IPLF Holding – Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Receita operacional líquida	6.456	5.465	-	-
Custo das vendas	(3.742)	(2.665)	-	-
Lucro bruto	2.714	2.800	-	-
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(6.065)	(9.680)	(1.810)	(6.245)
Resultado de equivalência patrimonial	(635)	(3.319)	(3.142)	48.680
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	3.337	72.276	3.337	3.600
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(649)	62.077	(1.615)	46.035
Receitas financeiras	13.558	5.617	12.808	4.833
Despesas financeiras	(3.057)	(3.818)	(1.753)	(2.409)
Resultado financeiro	10.501	1.799	11.055	2.424
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.852	63.876	9.440	48.459
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(2.404)	(248)	(1.988)	-
Diferidos	(526)	(139)	(541)	(142)
Resultado líquido das operações em continuidade	6.922	63.489	6.911	48.317
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	-	(15.172)	-	-
Lucro (prejuízo) do período	6.922	48.317	6.911	48.317
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	11	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	6.911	48.317	6.911	48.317
Básico ON	0,01265	0,08844	0,01265	0,08844
Básico PN	0,01392	0,10510	0,01392	0,10510

Anexo VIII:

Demonstrações Financeiras Pro Forma

Balanco patrimonial consolidado pro forma em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Companhia	Ativos Adquiridos	Ajustes pro forma	Total Pro forma
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.809.246	-	-	1.809.246
Fornecedores	524.718	-	-	524.718
Impostos a pagar	100.771	-	-	100.771
Perdas em operações com derivativos	255.365	-	-	255.365
Compromissos com aquisição de ativos	101.094	-	-	101.094
Remunerações e encargos a pagar	164.434	-	-	164.434
Contas a pagar	218.221	-	-	218.221
Total do passivo circulante	3.173.849	-	-	3.173.849
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10.999.375	-	-	10.999.375
Perdas em operações com derivativos	253.165	-	-	253.165
Contas a pagar	20.563	-	-	20.563
Compromissos com aquisição de ativos	669.040	-	-	669.040
Tributos diferidos	1.813.311	-	-	1.813.311
Provisão para passivos atuais	273.590	-	-	273.590
Plano de remun baseado em ações	22.074	-	-	22.074
Provisão para contingências	233.777	-	-	233.777
Total do passivo não circulante	14.284.895	-	-	14.284.895
Patrimônio líquido				
Capital social	1.953.374	22.296	-	1.975.670
Reserva de capital	60.143	78.280	-	138.423
Reservas de lucro	163.782	-	-	163.782
Ajuste de avaliação patrimonial	789.718	-	-	789.718
Resultado do período	688.581	-	-	688.581
Total do patrimônio líquido da controladora	3.655.598	100.576	-	3.756.174
Participações de acionistas não controladores	7.368.134	-	{100.576}	7.267.558
	11.023.732	100.576	{100.576}	11.023.732
Total do passivo e patrimônio líquido	28.482.476	100.576	{100.576}	28.482.476

Suzano Holding S.A.

Demonstração consolidada do resultado pro forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Companhia	Ativos Adquiridos	Ajustes pro forma	Total Pro forma
Receita líquida de vendas	10.224.728	-	-	10.224.728
Custo dos produtos vendidos	(6.185.840)	-	-	(6.185.840)
Lucro bruto	4.038.888	-	-	4.038.888
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(409.986)	-	-	(409.986)
Despesas gerais e administrativas	(484.721)	-	-	(484.721)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(104.198)	-	-	(104.198)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	3.039.983	-	-	3.039.983
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	312.498	-	-	312.498
Despesas financeiras	(4.711.118)	-	-	(4.711.118)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.358.637)	-	-	(1.358.637)
Imposto de renda e contribuição social	506.706	-	-	506.706
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(851.931)	-	-	(851.931)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(621.310)	-	8.352	(612.958)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(230.621)	-	(8.352)	(238.973)

Suzano Holding S.A.

Demonstração consolidada do resultado pro forma para o exercício findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

	Companhia	Ativos Adquiridos	Ajustes pro forma	Total Pro forma
Receita líquida de vendas	5.211.985	-	-	5.211.985
Custo dos produtos vendidos	(3.274.873)	-	-	(3.274.873)
Lucro bruto	1.937.113	-	-	1.937.113
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(205.403)	-	-	(205.403)
Despesas gerais e administrativas	(202.268)	-	-	(202.268)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.073)	-	-	(4.073)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(13.422)	-	-	(13.422)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.511.947	-	-	1.511.947
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	2.075.507	-	-	2.075.507
Despesas financeiras	(576.496)	-	-	(576.496)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.010.958	-	-	3.010.958
Imposto de renda e contribuição social	(933.891)	-	-	(933.891)
Prejuízo do exercício das operações continuadas	2.077.067	-	-	2.077.067
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	1.396.903	-	(19.008)	1.377.895
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	680.164	-	19.008	699.172

Anexo IX:

Proposta da Administração relativa à Conversão de Ações:

Diante solicitação de acionista da Companhia, poderá ser exercida na AGE, faculdade dos acionistas prevista no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia para conversão de 9.775.352 ações ordinárias, gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade, em 9.775.352 ações preferenciais Classe A com sub-rogação das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade (“Conversão 1”).

Adicionalmente, conforme solicitação dos acionistas indicados no Anexo X, mediante aprovação prévia dos acionistas preferencialistas na Assembleia Especial, será deliberada a conversão de 9.775.352 ações preferenciais classe A em 9.775.352 ações ordinárias na proporção indicada no Anexo X, assim cada ação preferencial classe A será convertida em uma ação ordinária, mantendo o atual número de ações ordinárias e ações preferenciais classe A emitidas pela Companhia (“Conversão 2”). Para os fins desta Conversão 2, será observado o critério estabelecido pelo Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia na relação de conversão entre as espécies de ações.

Não haverá direito de retirada dos acionistas da Companhia na Conversão 1 e Conversão 2, uma vez que será mantida o número de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, bem como serão mantidos os direitos das ações ordinárias e ações preferenciais classe A, não prejudicando os acionistas detentores de ações ordinárias e/ou de ações preferenciais classe A de emissão da Companhia.

ANEXO 17 DA IN CVM 481/09

CONVERSÃO DE AÇÕES PREFERENCIAIS

1. Havendo criação de ações preferenciais ou nova classe de ações preferenciais

O item 1 do Anexo 17 não é aplicável, uma vez que não haverá criação de nova classe de ações preferenciais.

a. Fundamental, pormenorizadamente, a proposta de criação das ações. Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, os direitos, vantagens e restrições a serem atribuídos às ações a serem criadas, em especial:

Não aplicável

i. Dividendos majorados em relação às ações ordinárias ii. Dividendos fixos ou mínimos iii. Direito de participar de lucros remanescentes

iv. Direito de receber dividendo à conta da reserva de capital v. Prioridade no reembolso de capital e vi. Prêmio no reembolso de capital vii. Direito de voto viii.

Direito estatutário de eleger membros do conselho de administração em votação em separado ix. Direito de serem incluídas na oferta pública de aquisição de ações por alienação de controle prevista no art. 254-A da Lei nº 6.404, de 1976 x. Direito de veto em relação a alterações estatutárias xi. Termos e condições de resgate xii. Termos e condições de amortização. Fornecer análise pormenorizada do impacto da criação das ações sobre os direitos dos titulares de outras espécies e classes de ações da companhia

Não haverá impacto, tendo em vista que em ato contínuo à conversão de 9.775.352 ações ordinárias em 9.775.352 ações preferenciais classe A, haverá conversão de 9.775.352 ações preferenciais classe A em 9.775.352 ações ordinárias, assim mantendo o atual número de ações ordinárias e ações preferenciais classe A emitidas pela Companhia.

2. Havendo alteração nas preferências, vantagens ou condições de resgate ou amortização de ações preferenciais

Não haverá alteração das preferências, vantagens ou condições de resgate ou amortização de ações preferenciais.

a. Descrever, pormenorizadamente, as alterações propostas

Não aplicável.

b. Fundamentar, pormenorizadamente, as alterações propostas

Não aplicável.

c. Fornecer análise pormenorizada do impacto das alterações propostas sobre os titulares das ações objeto da alteração

Não aplicável.

d. Fornecer análise pormenorizada do impacto das alterações propostas sobre os direitos dos titulares de outras espécies e classes de ações da companhia

A conversão de ações não impactará negativa ou positivamente os direitos dos titulares de outras espécies e classes de ações de emissão da Companhia, uma vez que ato contínuo à conversão de 9.775.352 ações ordinárias em 9.775.352 ações preferenciais classe A, haverá conversão de 9.775.352 ações preferenciais classe A em 9.775.352 ações ordinárias, de forma que será mantido o atual número de ações ordinárias e ações preferenciais classe A emitidas pela Companhia.

Anexo X:

Lista da propriedade das ações preferenciais Classe A a serem convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia

Acionista	Nº de PNs A a serem convertidas em ONs
Lisabeth S. Sander	2.443.838
Janet Guper	2.443.838
André Guper	2.443.838
Pedro Noah H. Guper	1.221.919
Ian Baruch H. Guper	1.221.919